

Carina de Almeida Konzen

**DO SIONISMO À GUERRA DO YOM KIPPUR – UMA ANÁLISE DAS
QUATRO GUERRAS ISRAELO-ÁRABES**

Monografia apresentada no curso de Relações Internacionais, do Centro Universitário UNIVATES, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Ms. Mateus Dalmáz

Lajeado, junho de 2014

Guerra (...); ela é o sono ou o inverno da cultura, dela o homem sai mais forte, para o bem e para o mal.

Nietzsche - Humano Demasiado Humano

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as quatro guerras israelo-árabes de grande proporção, ocorridas dentro do âmbito da Guerra Fria, a saber: Guerra da Independência de Israel ou *al-Nakbah*, “o desastre”, para os árabes (1948), Guerra do Suez (1956); Guerra dos Seis Dias (1967) e Guerra do Yom Kippur, ou Ramadã, para os árabes (1973). O Oriente Médio é berço das três principais religiões monoteístas do mundo, o cristianismo, o judaísmo e o islamismo, e palco de lamentáveis e famigerados conflitos regionais entre israelenses e árabes, que aderem à violência em grande escala e perpetuam o abismo entre as tentativas mundiais em resolver os litígios e a inabilidade para a coexistência pacífica. O período enfocado vai de 1948 a 1973, entretanto, datas anteriores à Guerra de Independência e posteriores à Guerra do Yom Kippur são abrangidas para a devida compreensão de pressupostos e de consequências. A metodologia aplicada é a do método histórico que permite a análise do tema enfocado através da análise dos desdobramentos históricos. A técnica de pesquisa utilizada no presente estudo é a da revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Relações Internacionais. Guerra Fria. Oriente Médio. Conflito árabe-israelense.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mandatos impostos por França e Grã-Bretanha sobre o Mundo Árabe a partir de 1920 com aprovação da Liga das Nações	13
Figura 2 – Localização do Canal de Suez e Estreito de Bab el Mandeb	24
Figura 3 – Operações na Crise do Canal de Suez - Segunda Guerra Árabe-Israelense – 1956	28
Figura 4 – Egito controla o Estreito de Tiran em 22 de maio de 1967, impedindo o acesso de embarcações ao porto israelense de Eilat	39
Figura 5 – Territórios ocupados por Israel em 1967 – Península do Sinai, Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas de Golan	46
Figura 6 – Ataque egípcio a Israel em 6 de outubro de 1973.....	54
Figura 7 – Ataque sírio a Israel em 6 de outubro de 1973.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA – Central Intelligence Agency

EUA – Estados Unidos da América

FAI – Força Aérea Israelense

FDI – Forças de Defesa de Israel

FPLP – Frente Popular de Libertação da Palestina

MIG – Mikoyan-Gurevich (caça soviético)

OLP – Organização para Libertação da Palestina

OMNA – Oriente Médio e Norte da África

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAEP – Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

SAM – Míssil Superfície-Ar (do inglês *surface to air missile*)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O SIONISMO E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL - 1948.....	10
2.1 Domínios sobre a Palestina e o Movimento Sionista.....	11
2.2 Guerra da Independência	19
3 CRISE DO CANAL DE SUEZ - 1956.....	22
3.1 Conjuntura Política e Perfil da Guerra.....	22
3.2 Resultados e Implicações.....	30
4 GUERRA DOS SEIS DIAS - 1967	33
4.1 Conjuntura Política e Perfil da Guerra.....	33
4.2 Resultados e Implicações.....	46
5 GUERRA DO YOM KIPPUR - 1973.....	50
5.1 Conjuntura Política e Perfil da Guerra.....	50
5.2 Resultados e Implicações.....	58
5.2.1 O Primeiro Choque do Petróleo	60
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma análise das quatro Guerras Israelo-Árabes, ocorridas em 1948, em 1956, em 1967 e em 1973, respectivamente, e verificar, através do processo histórico descritivo, o contexto, os motivos pelos quais estas contendas foram desencadeadas e de que forma a Guerra Fria se insere nestes conflitos. Guerras entre árabes e israelenses ainda ocorrem, no entanto, após 1973, não houve mais ataques aéreos em grande escala, batalhas de tanques e deslocamento de exércitos e, por isso, o período focado no presente estudo compreende, principalmente, as quatro décadas descritas acima. Datas anteriores à Guerra de Independência e posteriores à Guerra do Yom Kippur serão abrangidas para a devida compreensão de pressupostos e de consequências.

Questiona-se, especificamente, os motivos pelos quais as guerras Israelo-Árabes ocorreram e de que forma a Guerra Fria influenciou estas contendas. Considera-se, como hipótese, que a influência do conflito bipolar em curso tenha sido substancial.

Este trabalho é importante, em primeiro lugar, porque traz luz sobre a forma redundante pela qual a guerra se processa no Oriente Médio e clarifica o entendimento sobre as contendas atuais. A importância deste assunto se dá, também, pela mistura do indivíduo político com o indivíduo religioso e a consequência que esta relação traz: a recusa da verdade do outro.

Religiosamente importante, a região encontra-se no coração dos homens. A chamada Terra Santa é geograficamente pequena, mas de extrema importância para o cristianismo, para o judaísmo e para o islamismo, as três principais religiões monoteístas. Por isso, as guerras entre árabes e israelenses são decorrentes do componente religioso, pois, por mais que na região “convivam” povos, tipos de sociedade e cultura distintas, é a diferença religiosa que fomenta a disputa do território, mutuamente simbólico e sagrado (LEITE, 2007).

Ao mesmo tempo em que, religiosamente, o Oriente Médio é importante, politicamente ele traz inquietações. Em virtude da revolução energética, que passou a demandar petróleo em grandes quantidades, o interesse pelo Oriente Médio aumentou no século XIX. De extrema importância para a vida e para a economia mundiais, essa zona do globo possui os principais produtores de petróleo e as principais jazidas petrolíferas. Agitações políticas e desdobramentos contenciosos refletem no preço do petróleo que, conseqüentemente, provoca grande conturbação na economia mundial. A persistência dos impulsos nacionalistas nos países periféricos, a partir de 1955, trouxe força ao “nacionalismo de recursos” e abriu o debate na Organização das Nações Unidas (ONU) sobre este assunto, fomentado pelas reivindicações anticolonialistas.

O método histórico será utilizado para realização desta pesquisa que permitirá a análise do desenvolvimento processual do tema enfocado. Este método possibilita a investigação dos acontecimentos, processos e instituições do passado para esclarecer a sua influência no corpo social atual. A técnica de pesquisa utilizada no presente estudo é bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Este trabalho está dividido em quatro capítulos principais, relativos às quatro guerras tratadas nesta pesquisa. Primeiramente, será abordado o movimento sionista e os motivos pelos quais um Estado judeu na Palestina foi criado em 1948, realizando o anseio do chamado renascimento judaico. Indicando antecipadamente divergências, a guerra de 1948 é denominada Al-Nakbah – “o desastre” para os árabes, e Guerra da Independência para Israel. Neste capítulo será verificado também o contexto histórico para o surgimento do anti-semitismo, pois o entendimento mais profundo da hostilidade contra judeus esclarecerá profundamente os motivos em relação aos desdobramentos vindouros.

O terceiro capítulo abordará a Crise do Canal de Suez de 1956, chamada também de Segunda Guerra Árabe-Israelense ou Agressão Tripartite. O Egito vinha de um golpe militar realizado em 1952 que derrubou a monarquia e implementou a República do Egito. A ascensão de Gamal Abdel Nasser ao poder deu início ao nacionalismo árabe e a Crise de Suez é conflagrada em virtude da nacionalização do canal de Suez. Nasser foi o maior líder árabe do século XX por personificar as esperanças de uma nação árabe, poderosa e unificada.

O quarto capítulo tratará da mais espetacular entre as guerras israelo-árabes, a Guerra dos Seis Dias de 1967. Neste conflito, denominado também de terceira Guerra Árabe-Israelense, o Oriente Médio mudou em apenas seis dias, quando forças israelenses conquistaram a Cisjordânia, a Faixa de Gaza, as Colinas de Golan e anexaram Jerusalém Oriental, em ataque realizado por Israel ao Egito, à Síria e à Jordânia.

No começo dos anos 1970, os esforços internacionais para implementar a Resolução 242 de 1967 do Conselho de Segurança da ONU se fazia presente e se chocava com a recusa árabe em reconhecer o Estado de Israel ao mesmo tempo em que os israelenses se negavam a abandonar os territórios ocupados na guerra de 1967. A Guerra do Yom Kippur, Quarta Guerra Árabe Israelense ou Guerra de Outubro de 1973, será abordada no quinto e último capítulo. Esta guerra, iniciada pelo Egito e pela Síria, toma Israel de surpresa por ter sido preparada em segredo e deflagrada no feriado judaico do Yom Kippur (dia do perdão), quando as forças israelenses foram pegas desprevenidas.

2 O SIONISMO E A CRIAÇÃO DO ESTADO DE ISRAEL - 1948

O presente capítulo trata do sionismo e dos motivos pelos quais um Estado judeu na Palestina foi criado em 1948, efetivando as aspirações do chamado renascimento judaico. O movimento sionista proporcionou a instauração do Estado de Israel e a consequente Guerra de Independência para os israelitas que, para os árabes, tem o nome de *al-Nakbah*, que significa “o desastre”. Em 1947, a ONU propôs a divisão do território palestino¹ que foi prontamente rejeitada pelos árabes e, assim que Israel declarou-se independente, foi atacada por aqueles que desejavam reverter a divisão.

Para o entendimento deste conflito, denominado também de Primeira Guerra Árabe Israelense, é preciso compreender o sionismo. Se, por um lado, o movimento tenha tido êxito, por outro, é motivo de contenda e se faz presente também nas três guerras israelo-árabes subsequentes, tratadas neste estudo. O próximo capítulo abordará a Segunda Guerra Árabe Israelense, ocorrida em 1956 e proveniente da nacionalização do Canal de Suez.

¹ Resolução 181 de 1947 que previa a criação de dois Estados, um judeu e um palestino.

2.1 Domínios sobre a Palestina e o Movimento Sionista

Os árabes lançaram-se para fora da península arábica a partir do século VII d.C. e dominaram uma região que se estendia dos Pirineus, pelo norte da África, até o que mais tarde foi denominado Oriente Médio, ingressando profundamente na Ásia Central. Os califas, sucessores de Maomé, não conseguiram manter este vasto domínio coeso, culminando na submissão dos conquistadores árabes, por mais de mil anos, ao domínio curdo, turco, britânico e francês (CALVOCORESSI, 2011).

No final do século XIX teve início o nacionalismo árabe que passou a representar um problema para o decadente Império Turco-Otomano, cuja unidade política obtida no século XIII começava a se desmanchar na virada do século XIX para o XX. Nas províncias árabes, os líderes locais reivindicavam, primeiramente, maior autonomia administrativa e não independência política. Entretanto, a rigidez dos turcos-otomanos fez com que, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tais líderes se aliassem à França e à Grã-Bretanha, lançando uma revolta árabe contra Constantinopla, a capital do império turco. Um grande levante tribal ocorreu em toda *al-Hijaz*² em conformidade com o acordo feito entre árabes e britânicos (SCHILLING, 2006).

O acordo entre Grã-Bretanha e os árabes foi resultado de oito cartas trocadas entre o xerife Hussein, Emir de Meca e o alto comissário britânico no Cairo, Henry McMahon. Em carta datada de 10 de março de 1916, McMahon afirma que os britânicos apoiariam a independência dos árabes nas regiões demandadas pelo xerife de Meca. No entanto, com a guerra em andamento, os britânicos queriam apenas, conforme Schilling (2006, p. 150), contar com “as belicosas tribos do deserto como aliadas para assolarem os turcos pela retaguarda” (SCHILLING, 2006).

Durante a guerra, muitos árabes perderam a vida ou presenciaram suas cidades e aldeias bombardeadas e incendiadas pela aviação turca e suas famílias

² O Hijaz, Hejaz ou Hedjaz, a terra sagrada do Islã, é uma região geográfica que compreende a maior parte ocidental da atual Arábia Saudita, incluindo as cidades de Meca e Medina. Tradução livre. Disponível em: <<http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780195390155/obo-9780195390155-0085.xml?rskey=xb5HC6&result=1&q=Hijaz#firstMatch>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

dizimadas pela miséria. A dura guerra contra os turco-otomanos transformou-se em revolta quando a palavra britânica que lhes prometera a independência do Califado Árabe do Islã não se concretizou. Quando a Revolução Russa de 1917 derrubou o regime do czar Nicolau II e abriu os cofres do ministério das relações exteriores, foi tornado público a mando de Leon Trótski o Tratado Sykes-Picot, de maio de 1916, em que britânicos e franceses acordavam sobre a partilha das antigas possessões do Império Turco-Otomano, às escondidas do mundo e em total desacordo com as promessas feitas. Para os árabes, os britânicos foram desleais ao prometer falsamente reconhecer sua independência e liberdade, implementando, ao invés disto, um sistema de mandatos (SCHILLING, 2006).

O Sistema de Mandatos imposto por França e Grã-Bretanha sob o Mundo Árabe, a partir de 1920, e com a aprovação da Liga das Nações, era baseado no controle político e econômico da região via associação com lideranças locais desejosas de conquistar ou manter o recém adquirido poder, mesmo que em situação de vassalagem em relação aos mandatários europeus (FERABOLLI, 2009, p. 33).

A França, que já possuía domínio sobre a região do Magreb, ficou como mandatária da Síria e do Líbano, enquanto os britânicos, que já dominavam o Egito, passaram a controlar o Iraque, Transjordânia (atual Jordânia) e Palestina (FIGURA 1). Conforme Magnoli (2004, p. 303) “as potências europeias criaram fronteiras coloniais e protetorados, dividindo o território sob seu domínio. Por essa via surgiram os embriões dos Estados árabes contemporâneos” (MAGNOLI, 2004).

Figura 1 – Mandatos impostos por França e Grã-Bretanha sobre o Mundo Árabe a partir de 1920 com aprovação da Liga das Nações



Fonte: Disponível em: <<http://lostislamichistory.com/how-the-british-divided-up-the-arab-world/>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

Na conjuntura da Primeira Guerra, então, o território palestino se encontrava dominado politicamente pelos britânicos e ocupado majoritariamente por muçulmanos. Concorde-se com Cardoso (2012, p. 42), para quem “a conquista árabe-muçulmana da Palestina, no ano 637, não foi o ponto de partida da ocupação árabe do país. Os árabes são um povo pré-islâmico”. A autora informa que os árabes viviam na Palestina e em outras partes do Oriente Médio antes mesmo do advento do Islã³. De acordo com Fuser (2006, p. 64), a Palestina em fins do século XIX era povoada por 500 mil árabes e apenas 60 mil judeus sendo que essa

³ Vale esclarecer que a palavra Islã significa “entrega” e “submissão” à vontade de Alá “O Único Deus Verdadeiro” e o muçulmano é aquele que a ele se submete, voluntariamente. Maomé é o profeta que difundiu o monoteísmo entre os pobres de Meca e diversas tribos do deserto. Sua morte ocorreu em 632 d.C. (SEDA, 2005, p. 8).

proporção foi alterada vagarosamente nas décadas seguintes (CARDOSO, 2012; FUSER, 2006).

Além de realizarem falsas promessas aos árabes via correspondência Hussein-McMahon, os britânicos, por meio da Declaração Balfour⁴, de novembro de 1917, se comprometiam em oportunizar a criação de um Estado judeu na Palestina possibilitando a intensificação da imigração judaica para a região. Calvocoressi (2011, p. 321) afirma que a Grã-Bretanha lutou durante uma geração para conciliar as promessas feitas a judeus e árabes e tentou, em determinado momento, a divisão.

A Comissão Peel⁵ propôs em 1937 uma divisão tripartite entre um Estado árabe e um judeu, sendo que o mandato sob as áreas sagradas de Jerusalém, com acesso ao Mediterrâneo, pertenceria aos britânicos. Tal sistema se revelou inviável e a Grã-Bretanha foi obrigada a escolher um dos lados já que se aproximava a guerra na Europa. Posicionou-se a favor dos árabes aceitando no White Paper de 1939 interromper a imigração judaica no momento em que 75 mil tivessem sido admitidos além de limitar os judeus a um terço na Palestina⁶. A escolha dos britânicos pelos árabes se deu pela necessidade de resguardá-los como aliados na iminente guerra contra os alemães além da estratégia do petróleo (CALVOCORESSI, 2011).

O White Paper de 1939 e a escolha britânica alteraram a persuasão que os sionistas direcionavam a Londres para os Estados Unidos, convergindo numa política anti-britânica no pós-guerra, financiada pelos norte-americanos⁷. Estudo realizado por John J. Mearsheimer e Stephen M. Walt em *The Israel Lobby and US Foreign*

⁴ Para Blainey (2010, p. 195) “No plano de Balfour, havia pelo menos uma falha. Em sua declaração de 1917, ele admitira que os islâmicos e outros povos da Palestina tinham direitos civis e religiosos que deviam ser respeitados. Mas na verdade considerava que os árabes aceitariam passivamente os judeus”.

⁵ A Comissão Peel, também conhecida como Comissão Real Palestina, foi uma comissão real britânica de investigação presidida por William Peel, para investigar as causas do tumulto no Mandato Britânico da Palestina. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/44864/Peel-Commission>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

⁶ Hitler condenou os britânicos por recusarem asilo aos judeus perseguidos na Alemanha (CALVOCORESSI, 2011, p. 321).

⁷ Por ser uma escolha vocabular tomada pelos autores utilizados na presente pesquisa, optou-se pelo uso do termo “norte-americanos” para designar Estados Unidos.

*Policy*⁸ demonstra que, nem mesmo possíveis interesses estratégicos comuns ou imperativos morais explicam o enorme apoio material e diplomático dispensando pelos Estados Unidos a Israel até hoje. O notável nível de apoio é, segundo os autores, concretizado em virtude do lobby:

A verdadeira razão pela qual os políticos americanos são tão deferentes é o poder político do lobby de Israel. O lobby é uma coalizão de indivíduos e organizações que trabalham ativamente para mover/promover a política externa norte-americana em direção pró-Israel. Como escreveremos em detalhe, não é um único movimento, unificado com uma liderança central, e certamente não é uma cabala ou conspiração que "controla" a política externa dos EUA. É simplesmente um poderoso grupo de interesse, composto de judeus e gentios, cujo objetivo reconhecido é pressionar o caso de Israel nos Estados Unidos e influenciar a política externa norte-americana de uma forma que seus membros acreditam que irá beneficiar o Estado judeu. Os vários grupos que compõem o lobby não concordam em todas as questões, embora eles compartilhem o desejo de promover uma relação especial entre os Estados Unidos e Israel⁹ (MEARSHEIMER; WALT, 2008, p. 5, tradução livre).

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a eficácia política do sionismo aumentou nos Estados Unidos e sua causa foi acolhida pelos presidentes Roosevelt e Truman¹⁰. O acolhimento da causa por parte dos norte-americanos acabou por colocar o país em oposição aos britânicos. Churchill e Attlee¹¹ almejavam ajudar os judeus sobreviventes, no entanto, queriam apenas garantir aprovação dos Estados Unidos para suas políticas no Oriente Médio.

Calvocoressi (2011, p. 323) explica que “os norte-americanos queriam ajudar os judeus sem se enredarem nas posições britânicas de atitude supostamente

⁸ O Lobby israelense e a Política Externa dos Estados Unidos (tradução livre).

⁹ The real reason why American politicians are so deferential is the political power of the Isarel lobby. The lobby is a loose coalition of individuals and organizations that actively works to move U.S. foreign policy in a pro-Israel direction. As we will describe in detail, it is not a single, unified movement with a central leadership, and it is certainly not a cabal or conspiracy that “controls” U.S. foreign policy. It is simply a powerful interest group, made up of both Jews and gentiles, whose acknowledged purpose is to press Israel’s case within the United States and influence American foreign policy in ways that its members believe will benefit the Jewish state. The various groups that make up the lobby do not agree on every issue, although they share the desire to promote a special relationship between the Unites States and Israel (MEARSHEIMER; WALT, 2008, p. 5).

¹⁰ Franklin Delano Roosvelt e Harry S. Truman, 22º e 23º presidentes dos Estados Unidos, mandatos de 1933 a 1945 e 1945 a 1953, respectivamente.

¹¹ Winston Leonard Spencer Churchill, primeiro-ministro do Reino Unido de maio de 1940 a julho de 1945 e outubro de 1951 a abril de 1955. Clement Attlee, de julho de 1945 a outubro de 1951.

imperialista”. Nessas circunstâncias, Estados Unidos e Grã-Bretanha divulgaram relatório em abril de 1946, confirmando a estimativa de que havia cem mil judeus sem lar na Europa culminando na solicitação de Truman para que os britânicos emitissem as permissões de entrada de judeus na Palestina neste número. Tal solicitação foi completamente rejeitada pelos governos árabes e britânico (CALVOCORESSI, 2011).

No mesmo período, ocorreu um ataque territorial judeu em Tel Aviv e a Grã-Bretanha já possuía evidências de que se tratava, de acordo com Calvocoressi (2011, p. 323), de uma “tentativa nacionalista concertada de os expulsar”. As atrocidades cometidas por judeus¹² eram atividades de grupos terroristas de extrema direita judaica como a Gangue Stern e Irgun Zvai Leumi, com aprovação ou não da principal força de defesa judaica, o Haganah¹³.

Em junho, ainda no ano de 1946, noventa pessoas foram mortas em explosão no Hotel King David em Jerusalém. Estados Unidos e Grã-Bretanha reiniciaram discussões sobre a partilha da Palestina, sendo que os britânicos apresentaram um plano de Estado híbrido, com duas províncias autônomas e não soberanas. O presidente norte-americano rejeitou a proposta e as negociações se estenderam de setembro de 1946 a fevereiro de 1947 (CALVOCORESSI, 2011).

Sem acordo e com a realidade da situação cada vez mais complicada pelo aumento do terrorismo, a Grã-Bretanha anunciou a entrega da Palestina à ONU e o fim de seu mandato datado para quinze de maio de 1948. Segundo Lewis (1996, p. 319), a decisão foi anunciada em dois de abril de 1947, e ocorria no momento em que, findado o domínio britânico na Índia, eliminou-se o principal motivo para a Grã-Bretanha continuar no Oriente Médio e “pouca razão parecia haver para que, debilitada e empobrecida no pós-guerra, seguisse uma política difícil, malsucedida e cada vez mais impopular no país e no exterior” (LEWIS, 1996).

¹² Forças israelenses realizaram um massacre em Deir Yasin, durante a guerra de 1948 (mais tarde, o nome foi trocado para Givat Shaul), na periferia de Jerusalém, para levantar uma onda de terror (Calvocoressi, 2011, p. 325). Segundo Brener (1993, p. 34) o historiador Maxime Rodinson afirma que o Haganah deu seu aval ao massacre de Deir Yasin, quando o grupo Stern matou 254 pessoas, entre velhos, mulheres e crianças, para convencer os palestinos a deixar suas terras.

¹³ Em hebraico “autodefesa”, o Haganah é uma organização militar dos trabalhadores judeus (Brener, 1993, p. 34). De acordo com Cardoso (2012, p. 48) Haganah é uma “organização militar clandestina da colônia judaica da Palestina”.

Scalercio (2003, p. 30) comenta que, em relação à criação de um Estado judeu na Palestina, os líderes sionistas na Europa procuraram negociar com os otomanos e principalmente com os ingleses, mas jamais desenvolveram uma estratégia de entendimento com os árabes que viviam na região. O autor afirma que “a estratégia de tratar com os ingleses e ignorar os árabes foi parcialmente motivada pelo cálculo político, puramente pragmático, de negociar com os mais fortes”. Entretanto, conforme Favez e Sayegh (1969, p. 31) “tudo se passa como se o Estado Judeu devesse e fosse edificar-se numa “*no man’s land*”, sobre um território desabitado e esquecido dos homens e dos deuses” e do qual fosse necessário obter apenas a autorização de uma ou outra das Grandes Potências.

A ideologia sionista construiu um movimento que forneceria aos judeus uma pátria em Sion, a terra ancestral, e o Primeiro Congresso Sionista foi realizado na Suíça, em 1897, assumindo nesse momento uma dimensão política, além de religiosa. O movimento sionista é, portanto, de acordo com Feraboli (2009, p. 20) “a expressão política do nacionalismo judaico” sendo o criador do sionismo político Theodor Herzl (1869-1904) que publicou *The Jewish State* (O Estado Judeu) e que, como correspondente, cobriu o famoso caso Dreyfus¹⁴ em Paris.

Schilling (2006, p. 190) comenta que os sionistas contaram com o apoio do barão de Rothschild, “que possuía uma das grandes fortunas das finanças daquela época” e comprou terras na região da Palestina (dispondo de seis milhões de libras entre 1884 e 1900) para restaurar o Yishuv, o antigo assentamento judeu na Terra Santa. Os sionistas alegavam ter direito histórico à posse das terras da Palestina, assegurando que não haviam abandonado e se espalhado pelo mundo por sua vontade, mas sim à força (SCALERCIO, 2003; SCHILLING, 2006).

Brener (1993, p. 22), ao falar sobre o sionismo, destaca que “com a derrota para os romanos em 63 a.C. teve início um período de dois mil anos de dispersão ou diáspora dos judeus pelo mundo”. O autor afirma que na Europa cristã os judeus não

¹⁴ Em 1894, o judeu Alfred Dreyfus, capitão da artilharia do exército francês, foi julgado por alta traição a portas fechadas por uma corte marcial e condenado a pena perpétua na ilha do Diabo. A acusação era baseada num papel que enumerava segredos militares entregues na embaixada alemã em Paris. O antissemitismo era acentuado no exército, de modo que Dreyfus foi acusado. Uma revisão do processo de Dreyfus em 1906 mostrou que Charles-Ferdinand Walsin Esterhazy, outro major do exército francês, fora o verdadeiro autor das cartas e que agia como espião dos alemães (BEGLEY, 2010, texto digital).

eram bem aceitos e foram forçados por certos governos a usar roupas especiais, a viver em bairros exclusivos e impossibilitados de adquirir terras ou outras propriedades, acabaram se concentrando no comércio e no empréstimo de dinheiro a juros, ato proibido aos cristãos pela Igreja Católica. Os *Progroms* da Rússia czarista¹⁵, por exemplo, indignaram a opinião pública e impeliram milhões de judeus russos para o outro lado do Atlântico entre 1881 e 1914 (BRENER, 1993; HOBSBAWM, 1995).

Segundo Schilling (2006, p. 197) os judeus foram acusados de “potenciais traidores da causa pátria” em virtude das rivalidades imperialistas que acabaram por favorecer os movimentos nacionalistas, tanto na Rússia, quanto na Alemanha, na Áustria e na França. Foi preciso que a comunidade judaica na Europa encontrasse um meio de escapar do anti-semitismo que crescia no continente culminando no anseio de formar um Estado nacional judaico, independente e soberano, no território onde historicamente existiu o antigo reino de Israel.

O surgimento do anti-semitismo ocorre no contexto histórico da formação de movimentos não habituais da direita radical, que em fins do século XIX haviam surgido em vários países. Para Hobsbawm (1995, p. 122) “a combinação de valores conservadores, técnicas de democracia de massa e a inovadora ideologia de barbarismo irracionalista, centrada em essência no nacionalismo” formaram estes movimentos. O autor ainda explica que:

A antipatia aos judeus era de fato difusa no mundo ocidental, e a posição deles na sociedade do século XIX ambígua. [...] O antisemitismo camponês da Europa Oriental, onde para fins práticos o judeu era ponto de contato entre o ganha-pão do aldeão e a economia externa de que sempre dependera, era sem dúvida mais permanente e explosivo, e tornou-se mais ainda quando as sociedades rurais eslavas, magiares e romenas, foram convulsionadas pelos incompreensíveis terremotos do mundo moderno. Entre povos tão sombrios ainda se podia acreditar nas histórias de judeus sacrificando crianças cristãs, e os momentos de explosão social levavam a *progroms* que os reacionários do império do czar estimulavam, sobretudo após o assassinato do czar Alexandre II em 1881 por revolucionários sociais. Aqui, uma estrada reta conduz do antisemitismo de base ao extermínio de judeus durante a Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995, p.123).

¹⁵ Conforme Scliar (1994, p. 90) “Os *progroms*, massacres organizados, sucediam-se, conduzidos por movimentos paramilitares como as eslavófilas Centenas Negras. O *progrom* de Kishinev, em 1903, foi particularmente sangrento”.

Não é possível entender a fundação do Estado de Israel em 1947, decisão da ONU com apoio dos Estados Unidos e da União Soviética, sem levar em consideração o massacre da população judaica europeia nas mãos dos nazistas em que aproximadamente seis milhões de judeus perderam a vida. Foi tal genocídio, portanto, que assegurou aos sobreviventes a instalação de um Estado judeu na Palestina, e possibilitou uma aliança entre o Ocidente e a União Soviética, objetivando, concomitantemente, enfraquecer o Império Britânico no Oriente Médio. Assim, conforme Gorenberg apud Cardoso (2012, p. 44) “o Holocausto ajudou a formar o Estado de Israel, pois psicologicamente criou um sentimento de que os judeus vivem sob a ameaça constante de aniquilação” (CARDOSO, 2012; SCHILLING, 2006).

2.2 Guerra da Independência

Os conflitos dentro da Palestina avultaram pois, de acordo com Nye Jr. (2002, p. 210), a proposta da ONU recomendando a divisão da Palestina em 1947, “conduziu ao surgimento de surtos de combates locais”, incentivando os judeus a adquirir armas em grandes quantidades. Cardoso (2012, p. 41) afirma que as tropas israelenses eram abastecidas com armamentos advindos da Tchecoslováquia. O Estado de Israel foi proclamado por Ben-Gurion com reconhecimento imediato de Truman (em desacordo com seu secretário de Estado George Marshall) e consecutivo reconhecimento de Stalin¹⁶. Em termos regionais, entretanto, tal reconhecimento não ocorreu, tendo Israel contado com a oposição e hostilidades dos estados árabes vizinhos que de imediato o atacaram (CARDOSO, 2012; LEITE, 2007).

A guerra árabe-israelense de 1948, concomitantemente chamada de guerra da independência ou primeira guerra árabe israelense, foi vencida por Israel. A esse

¹⁶ Conforme Lewis (1996, p. 322), Israel recebeu, em 1948-1949, apoio diplomático dos Estados Unidos e da União Soviética. Stalin, nesse momento, ainda considerava a Grã-Bretanha como seu principal adversário mundial e “via no novo Estado de Israel a melhor oportunidade de solapar a posição britânica no Oriente Médio”.

respeito Lewis (1996, p. 320) afirma que “a coalizão árabe era mal conduzida por excesso de confiança e debilitada por rivalidades dinásticas e nacionais”. Calvocoressi (2011, p. 325) complementa:

Cinco países árabes marcharam contra Israel, mas essa ação não dava indicações de entusiasmo deles pela luta nem de que ela seria eficaz. Os sírios pouco fizeram e os libaneses muito menos. Os iraquianos se retiraram cedo e os egípcios chegaram tarde; os jordanianos foram parados pelas defesas judaicas em Jerusalém. A ONU interveio indicando o conde sueco Folke Bernadotte para mediar. Ele conseguiu uma trégua que durou um mês, e foi assassinado pela Gangue Stern. Os israelenses usaram a trégua para levantar enormes somas em dinheiro nos Estados Unidos e comprar armas para suas forças regulares e irregulares, que eram numericamente superiores a seus adversários heterogêneos, mal organizados e desmotivados, e tiveram uma vitória decisiva nos novos combates (CALVOCORESSI, 2011, p. 325).

Joseph S. Nye Jr. (2009, p. 224) comenta que a guerra de 1948 durou oito meses e após mediação da ONU e acordo de cessar-fogo, “a Jordânia controlava a região chamada de Margem Ocidental e o Egito controlava Gaza”, entretanto, “a maior parte restante da concessão palestina era controlada pelos israelenses” uma região maior do que a área destinada aos judeus caso os árabes tivessem aceitado o plano da ONU de 1947¹⁷. Cardoso (2012, p. 41) afirma que o Estado hebreu viu seu território acrescido em um terço, ou seja, a partir de 1949, Israel passou a ocupar 78% da Palestina. Calvocoressi (2011, p. 325) afirma que “as armas e a ajuda norte-americanas foram cruciais para a sobrevivência de Israel” que formou também uma aliança, secundária mas longa, com o Irã¹⁸.

No ano de 1953, Ben Gurion havia se retirado do governo para um descanso, assumindo em seu lugar Moshe Sharett que procurou, com sinceridade, uma aproximação com os árabes. Ele articulou primeiramente um acordo com o Egito,

¹⁷ A Resolução 181, aprovada na Assembléia Geral da ONU em 29 de novembro de 1947, por 33 votos contra 13, determinava que a Palestina seria partilhada entre judeus e árabes. Esta resolução retomava, com alterações, o plano britânico de 1937, desenvolvido pela Comissão Peel. A partilha da Palestina foi rejeitada pelo mundo árabe. Schilling (2006, p. 201) ainda explica que “os palestinos entenderam a fundação de um Estado Sionista como o prolongamento da anterior ocupação colonialista”.

¹⁸ O Irã deu asilo a judeus fugidos do Iraque no final dos anos de 1940 além de reconhecer o Estado de Israel em 1950. Tal aliança foi consolidada pelos vínculos comerciais e intercâmbios de inteligência militar. Sobrevivendo à queda do xá, Israel ajudou na resistência do aiatolá Khomeini ao ataque iraquiano em 1980 (CALVOCORESSI, 2011, p. 325).

mas encontrava forte oposição, como a do ministro da defesa, Pinhas Lavon. Sharett acreditava na diplomacia. Ben-Gurion acreditava que era preciso mais uma guerra para garantir a existência de Israel e retornou, no final de 1955, ao cargo de primeiro-ministro adotando uma política de provocação e confrontação. Após um ano, em 1956, teve início a Guerra de Suez que, para Leite (2007, p. 7), “será um marco na história como a afirmação da irreversibilidade da existência do estado de Israel” (CALVOCORESSI, 2011; LEITE, 2007; SCALERCIO, 2003).

É importante observar a tentativa dos Estados árabes e seu lobby bem-sucedido na Assembleia Geral da ONU, na década de 1970, para conseguir a aprovação de uma resolução que apontava o sionismo como racismo. Porém, tal resolução foi anulada numa segunda votação em 1991. Ao discorrer sobre o termo nacionalismo especificamente nesta situação, Joseph S. Nye Jr. (2009, p. 220) afirma que “o nacionalismo tornou-se uma fonte decisiva da legitimidade do estado no mundo moderno” e que as fontes de origem para uma identidade em comum podem ser diversas. Para Nye Jr. a questão é que “quando um grupo de pessoas com identidade comum considera-se uma nação, pode haver várias fontes de origem para essa identidade”, tanto linguística e étnica como religiosa. O Estado de Israel foi constituído como um Estado democrático, mas judeu, estabelecendo assim uma democracia étnica que traz privilégios à população judaica em detrimento do restante da população (NYE JR., 2009).

Após examinar os aspectos relativos à criação do Estado de Israel e aos conflitos entre o mundo árabe e os judeus na região, convém analisar a crise subsequente a estes eventos, envolvendo o Canal de Suez, e que contribuiria para a tensão entre os povos envolvidos.

3 CRISE DO CANAL DE SUEZ - 1956

O presente capítulo analisa a Crise do Canal de Suez, ou Segunda Guerra Árabe-Israelense, denominada também de Agressão Tripartite. Este conflito marca o fim da influência das potências europeias no Oriente Médio, quando o novo mapa do mundo, em termos políticos, passa definitivamente para o âmbito da Guerra Fria.

3.1 Conjuntura Política e Perfil da Guerra

Em construção durante dez anos e inaugurado em 1869, o Canal de Suez tornou-se propriedade anglo-francesa em virtude da enorme dívida que a obra causou ao quediua do Cairo. Os britânicos passaram a controlar 44% das ações do Canal, fundada pelo engenheiro Ferdinand de Lesseps, responsável pelo empreendimento. Schilling (2006, p. 172) afirma que “o canal era um espinho encravado no corpo da nacionalidade egípcia” e simbolizava o poder colonialista e a submissão do Egito às potências estrangeiras. A esse respeito, Magnoli (2004, p. 303) declara que o ódio e a aversão oriundos da presença britânica no Canal de

Suez, estimularam o projeto pan-arabista¹⁹ nascido no Egito do pós-guerra (MAGNOLI, 2004; SCHILLING, 2006).

O Canal de Suez está ao norte do estreito de Bab el Mandeb e liga o Mediterrâneo e o mar Vermelho. Sua construção permitiu aos navios evitarem a rota do cabo da Boa Esperança encurtando em muito o tempo de viagem (FIGURA 2). Francisco Rezek (2011, p. 364) menciona os canais como sendo corredores que propiciam o trânsito entre dois espaços marítimos e não foram criados por obra da natureza. O autor discorre sobre o assunto apontado que, em virtude da magnitude destes empreendimentos, “o regime jurídico de todo canal que tenha interesse para a navegação internacional há de ser, em princípio, ditado por aquela soberania que assumiu o empreendimento de construí-lo em seu próprio território”. O Canal de Suez foi construído no território de um país impossibilitado de arcar com os custos da construção, e isso explica, portanto, a influência de Estados e capitais estrangeiros e a adoção de um “regime jurídico internacionalizado²⁰” (REZEK, 2011; SÉBILLE-LOPEZ, 2006).

¹⁹ Conforme Nabhan (1996, p. 113) “O pan-arabismo é uma versão nacionalista da solidariedade islâmica em que todos os árabes pertencem a uma mesma nação e devem constituir um estado único” Deve ficar claro que “A unidade árabe se baseia no elemento nacionalista e na língua árabe para criar um Estado-nação, enquanto a unidade islâmica se fundamenta no elemento espiritual para o único estado da *umma* (a comunidade muçulmana)”.

²⁰ No ano da inauguração do Canal de Suez, o território egípcio era subordinado à soberania do Império Otomano. A Convenção de Constantinopla, de 1888, foi celebrada entre a Turquia e oito potências europeias e o texto desta convenção estabeleceu que o canal “estaria aberto a navios civis ou militares, de todas as nacionalidades, em tempo de paz ou de guerra” (REZEK, 2011, p. 365).

Figura 2 – Localização do Canal de Suez e Estreito de Bab el Mandeb



Fonte: Disponível em: <<http://www.eoearth.org/view/article/150358/>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

A Crise de Suez, concomitantemente chamada de Guerra de Suez, Agressão Tripartite (em virtude da aliança entre Grã-Bretanha, França e Israel) ou Segunda Guerra Árabe-Israelense, ocorreu no momento em que um quarto das importações britânicas passava pelo canal, sendo também a principal via navegável que entregava petróleo ao Ocidente. Gamal Abdel Nasser nacionalizou o Canal de Suez em 26 de julho de 1956, motivado pela pretensão de findar a continuidade do domínio estrangeiro sobre o canal além de obter recursos necessários para o financiamento da obra da Grande Represa²¹ (NYE Jr., 2002; SCHILLING, 2006).

Nasser foi um militar que personificou uma geração de líderes árabes por objetivar o poder recusando autorização ou aprovação europeia. Ele solicitava uma nova ordem regional, com o fim do controle britânico e francês sobre seus territórios. A ascensão de Nasser ao poder do Egito, em 1954, dá início ao nacionalismo árabe moderno porque, conforme Ferabolli (2009, p. 35) “ele, mais do que qualquer outro líder da região, conseguiu articular a difusa ideologia pan-árabe em torno de

²¹ O projeto da Grande Represa de Assuan tinha por objetivo transformar a economia e a sociedade do Egito. A represa acrescentaria 860 mil hectares à área de terra cultivável, tornaria o rio Nilo navegável até a fronteira com o Sudão além de gerar energia elétrica. Schilling (2006, p. 171) informa também que a barragem serviria para controlar as enchentes do rio Nilo, eletrificar parte considerável do Egito, incorporar 30% de terras como área cultivável até então consideradas inadequadas para o plantio (CALVOCORESSI, 2011, p. 332; SCHILLING, 2006, p. 171).

objetivos políticos práticos”²². Cabe ressaltar que, embora a ação de Nasser se voltasse para os muçulmanos, ele procurou, conforme Soares (1998, p. 38) “afastar a influência da religião islâmica sobre a legislação e os costumes egípcios” (FERABOLLI, 2009; SOARES, 1998).

A ascensão de Nasser ao poder ocorre após um golpe militar realizado em 1952 contra o rei Faruk, monarca pró-britânico que governava o Egito desde 1936. O grupo de oficiais clandestinos, chamado de Grupo dos Oficiais Livres, tomou o poder objetivando derrubar a monarquia. Schilling (2006, p. 167) cita que os Oficiais Livres “estavam fartos da grossa corrupção, do servilismo e da incompetência generalizada do regime de Faruk”. Com o triunfo da rebelião, os oficiais sob direção de Muammad Naguib implementaram a República do Egito. Gamal Abdel Nasser depôs Naguib e assumiu o poder (LEITE, 2007; SHILLING, 2006).

Nasser pretendia modernizar o Egito que se encontrava rural, atrasado e sem infraestrutura industrial. Iniciou, assim, um conjunto de medidas como a nacionalização dos principais setores da economia, além de reforma agrária²³ e fomento de universidades e cooperativas. Para tanto, os militares revolucionários tomaram medidas imediatas, como a desapropriação das terras latifundiárias, a partir de setembro de 1952 e a negociação, em julho de 1954, para a saída definitiva das tropas britânicas do Canal de Suez (SCHILLING, 2006).

Como pretendia tornar seu país uma potência regional, era fundamental a obtenção de armamentos. Tal necessidade foi agravada pelo fato de Israel ter adquirido da França grandes quantidades de equipamentos militares, em desacordo com a Declaração Tripartite de 1950. Calvocoressi (2001, p. 332) afirma que “essa associação franco-israelense, embora nunca tenha sido uma aliança formal, tornou-

²² Por pretender tornar o mundo árabe unificado através de um Estado laico, Nasser fez algumas tentativas nesse sentido, integrando o Egito, o Iêmen e a Síria e constituindo a República Árabe Unida que existiu de 1958 a 1961, sob sua presidência. Porém, as dificuldades para integrar as economias, a nacionalização de indústrias na Síria e a frequência de oficiais egípcios em altos postos do exército sírio, acabou desencadeando um alto grau de descontentamento. O resultado foi um golpe militar na Síria reestabelecendo sua independência do Egito (SOARES, 1998, p.38).

²³ As terras foram distribuídas entre os camponeses pobres do Egito, chamados felás, que se organizaram em cooperativas. Mais de 341 mil camponeses foram beneficiados. Antes da revolução nasserista, 0,1% dos proprietários controlavam um quinto das terras do Egito. Foi determinado que as propriedades rurais não poderiam ultrapassar duzentas medidas de terras, chamadas *feddans* (SCHILLING, 2006, p. 169).

se um dos principais ingredientes da Guerra de Suez de 1956” (CALVOCORESSI, 2001; LEITE, 2007).

Os países signatários da Declaração Tripartite de 1950²⁴, que tinham por objetivo evitar uma corrida armamentista no Oriente Médio, não forneceram ao Egito e Síria a ajuda solicitada. Desta forma, a Síria recorreu à União Soviética, enquanto Nasser, relutante ao auxílio dos soviéticos, tentou a ajuda dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, sendo obrigado, após recusa, a se voltar aos russos. Em 1955, Nasser anunciou a compra de armas da Tchecoslováquia, um satélite soviético, em troca de algodão egípcio. Conforme posicionamento de Fuser (2008, p. 110), “a compra de armas era movida por considerações pragmáticas, muito mais do que ideológicas” o que corrobora a ação de Nasser em se voltar para o Ocidente, primeiramente, e o distancia de um alinhamento ideológico com a URSS (CALVOCORESSI, 2011; FUSER, 2008).

Calvocoressi (2011, p. 332) afirma que o Egito obteria com a negociação uma grande quantidade de armas, incluindo 80 MIG 15, 45 Ilyushin, 28 bombardeiros e 115 tanques pesados. Israel ficou perturbado com a escalada militar egípcia e pressionou a França para revisar o acordo de 1954. Em abril de 1956, um contingente dos melhores bombardeiros da Europa foi enviado a Israel. Para o autor, as motivações da França para ajudar Israel eram variadas, desde um sentimento de obrigação por causa do sofrimento do povo judeu, empatia e admiração pela formação do Estado de Israel, um sentimento de solidariedade socialista entre Guy Mollet e Ben-Gurion, mas principalmente, a certeza de que a ajuda de Nasser à Argélia influenciava substancialmente a conturbação e revolta deste país (CALVOCORESSI, 2011).

Ainda de acordo com Calvocoressi (2011, p. 334) a nacionalização da companhia do canal forneceu à Grã-Bretanha e à França “uma desculpa para a ação de força que ambas queriam tomar contra o Egito”. Nye Jr. (2009, p. 214) relata que o primeiro ministro britânico, Sir Anthony Eden, considerou Nasser como um novo

²⁴ Estados Unidos, Grã-Bretanha e França prometeram examinar coletivamente qualquer violação de fronteiras e equiparar os armamentos entre árabes e judeus (CALVOCORESSI, 2011, p. 327). Conforme Judt (2008, p. 304), a Declaração Tripartite de 1950 “comprometia Grã-Bretanha, França e EUA a agirem contra o agressor, na eventualidade de qualquer conflito entre Israel e os árabes”.

Hitler e fez analogias com a década de 30. Leite (2007, p. 10) complementa que o pan-arabismo de Nasser foi considerado similar ao pan-germanismo de Hitler e que “este paralelo aludia ao facto [sic] de que quanto mais poderoso se tornasse, mais perigoso e caro seria destroná-lo”.

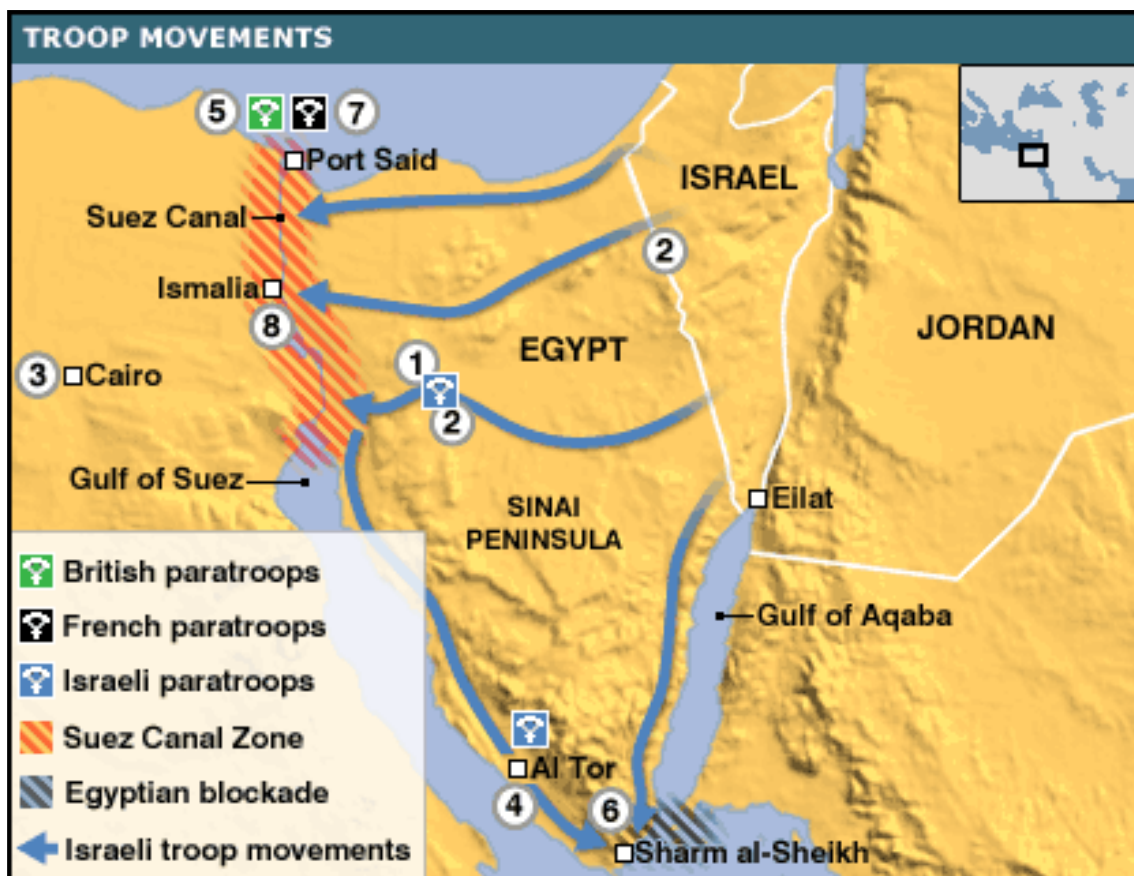
Com a nacionalização do Canal de Suez, Nasser acionou um movimento internacional que tinha por objetivo retirá-lo do poder. Como em 1953 Grã-Bretanha e Estados Unidos haviam conseguido depor Mossadegh, o então líder nacionalista do Irã, com a reversão do poder ao xá Reza Pahlevi²⁵, pareceu perfeitamente possível para Grã-Bretanha e França realizarem uma intervenção armada que os fizesse recuperar o controle sobre a Zona do Canal, ao passo que uma bem-sucedida invasão militar israelense, penetrando na Faixa de Gaza e no deserto do Sinai, conseguiria desmoralizar o regime de Nasser. Schilling (2006, p. 172) cita que “um movimento armado tripartite, executado pela coligação anglo-franco-israelense, cauterizaria o nacionalismo árabe no seu nascedouro” (SCHILLING, 2006).

Em 5 de outubro de 1956, o Egito propôs negociações ao Conselho de Segurança mas a Grã-Bretanha e a França queriam a adoção de um controle internacional sobre o Canal, que foi derrotado pelo veto russo. No transcorrer de poucos meses, precisamente em 29 de outubro, trinta mil homens do exército israelense comandados pelo general Moshe Dayan, que terá uma profunda participação nas guerras israelo-árabes subsequentes, entraram no Sinai, venceram as tropas egípcias e rumaram para a Zona do Canal. Em cinco dias, as tropas de Israel dominaram o Sinai²⁶.

²⁵ No Irã, a CIA coordenou um golpe em 1953, pois a Frente Nacional, liderada pelo primeiro-ministro Mossadegh, havia nacionalizado o petróleo (SARAIVA, 2007, p. 209).

²⁶ O ataque israelense poderia ser justificado, politicamente, pelo fechamento egípcio do porto de Eilat, única saída para o mar Vermelho, que abria o acesso ao Índico. Além disso, pelo porto entrava cerca de 90% do abastecimento petrolífero, principalmente proveniente do Irã. Através do bloqueio do estreito de Tiran, realizado a partir de Sharm el Sheikh, uma vez que a navegação no canal de Suez estava vedada a Israel, o comércio marítimo era muito prejudicado (LEITE, 2007, p. 17).

Figura 3 – Operações na Crise do Canal de Suez - Segunda Guerra Árabe-Israelense – 1956²⁷



Fonte: Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/5195068.stm>. Acesso em: 24 abr. 2014.

- ²⁷
1. 29 October: Israeli paratroops dropped east of town of Suez
 2. 30 October: More paratroops dropped to the east of Mitla Pass. Troops begin crossing the border at Qussaima
 3. 31 October: British bombs dropped on Cairo and Cairo international airport
 4. 2 November: Israeli paratroops land near Al Tor, west of Sinai
 5. 5 November: British paratroops land west of Port Said. French paratroops land south of Port Said
 6. 5 November: Israelis capture Sharm al-Sheikh to lift blockade of Gulf of Aqaba
 7. 6 November: Anglo-French invasion force bombardment and landings
 8. 7 November: Anglo-French forces claim to have occupied most of the Suez Canal zone as far as Ismailia, when UN orders a halt to fighting
- 21 November: First UN troops land at Port Said
 23 November: British and French forces begin withdrawal from Egypt
 22 December: Withdrawal completed at midnight

A Grã-Bretanha, de acordo com a Operação Mosqueteiros, decolou de suas bases de Chipre e Malta e bombardeou Porto Said e vários lugares ao longo do Canal. A França enviou tropas paraquedistas ao Porto Fuad além de outros pontos e rumaram, posteriormente, para o interior da Zona do Canal (FIGURA 3). Fuser (2008, p. 110) complementa que foram mobilizados “sessenta mil soldados britânicos, trinta mil soldados franceses, 1.200 aviões e dois terços da Marinha de Guerra da Grã-Bretanha”. A audaciosa operação militar “resultou num fiasco monumental” e foi realizada sem que os norte-americanos fossem consultados (FUSER, 2008; SCHILLING, 2006).

França, Grã-Bretanha e Israel julgaram que não ocorreria uma interveniência da União Soviética no anseio de derrubar Nasser e recuperar o controle sobre a zona do Canal, pois a mesma enfrentava insurreições na Polônia e na Hungria, necessitando de tropas para controlar tal situação. Acreditaram que, conforme Leite (2007, p. 12) “a grande potência do leste estaria demasiado empenhada nos seus problemas próximos para intervir ou dificultar de sobremaneira, uma intervenção naquela zona do globo”. No entanto, o chefe do governo soviético de Nikita Khrushchev, Marechal Bulganine, acenou que haveria perigo de a URSS recorrer a armas não convencionais, ou “meios extraordinários”²⁸, caso houvesse uma intervenção contra Nasser. Assim, a União Soviética coagiu Israel a retirar suas posições no Egito além de mandar retornar seu embaixador (LEITE, 2007; SCHILLING, 2006).

Os Estados Unidos também não deram seu aval à França, à Grã-Bretanha e Israel e exigiram a imediata remoção dos soldados do Egito. Para tanto, Eisenhower telefonou pessoalmente para o primeiro-ministro britânico, Antony Eden e não obstante, provocou a depreciação da libra inglesa no mercado através da venda maciça desta moeda²⁹. A Inglaterra foi obrigada a recuar e para a França não restou outra alternativa a não ser acompanhar Londres. Humilhados, britânicos e franceses

²⁸ Cabe esclarecer que “armas não convencionais” ou “utilização de meios extraordinários do uso da força” refere-se à utilização de armamento nuclear. URSS e Estados Unidos desencorajavam a atitude dos Estados através da ameaça. Nye Jr. (2009, p. 142) explica que “a intimidação pela ameaça nuclear foi um meio pelo qual cada superpotência tentou impedir a outra de obter vantagem e daí perturbar o equilíbrio de poder entre elas”.

²⁹ As reservas em libras e dólares da Grã-Bretanha haviam diminuído em 279 milhões de dólares do decorrer da crise (JUDT, 2008, p. 304).

retiraram suas tropas enquanto os israelenses tiveram que desocupar o Sinai e a Faixa de Gaza (FUSER, 2008; LEITE, 2007).

A respeito da atitude do governo dos EUA, Waltz (2002, p. 232) cita que:

Os Estados Unidos podiam dissociar-se dos seus dois principais aliados na aventura do Suez e sujeitá-los a uma forte pressão financeira. [...], eles tentaram comprometer ou, pelo menos, imobilizar o seu parceiro de aliança apresentando um *fait accompli*. Gozando uma posição de predominância, os Estados Unidos podiam continuar a focar sua atenção no adversário principal enquanto disciplinavam os seus aliados. A capacidade dos Estados Unidos [...] para pagar um preço medido em termos de intra-aliança é notável (WALTZ, 2002, p. 232).

3.2 Resultados e Implicações

O confronto armado na Crise de Suez e a escolha da coalizão entre Grã-Bretanha, França e Israel de agir por esses meios, teve motivações divergentes para cada ator. Para a Grã-Bretanha, Nasser havia excedido em sua política anticolonialista e “passado dos limites”. Os franceses consideraram a nacionalização do Canal um ótimo pretexto para usar a força contra aquele que “ameaçava seu status de potência colonial no Norte da África”. Já Israel entendeu como um ótimo momento para “unir as potências ocidentais em uma aliança militar e para apresentar Nasser como agressor” (SALGADO NETO, 2012).

Salgado Neto (2012, p. 103) explica que “a Guerra de Suez foi uma opção para lidar com a Crise de Suez”, pois “nem sempre as divergências políticas e as contendas em torno de interesses” geram, necessariamente, um confronto bélico. Para o autor, Israel possuía outras opções mas “o confronto armado foi a alternativa escolhida pela coalizão para lidar com Nasser”.

O provável sentimento norte-americano frente à atitude dos britânicos e dos franceses fora de indignação, por terem trazido Israel para seu lado numa manobra extremamente arriscada. Judt (2008, p. 304) afirma que “em Washington, o governo reagiu com indignação ao conluio anglo-francês, demonstrando profundo

ressentimento diante das mentiras propagadas acerca das verdadeiras intenções”, pois Londres e Paris haviam desprezado o acordo em torno da Declaração Tripartite de 1950. Em termos de Guerra Fria³⁰, corria-se o risco de uma guerra nuclear por algo considerado periférico pelas superpotências porquanto num sistema internacional bipolar, as decisões dos Estados precisam estar alinhadas com o seu aliado maior.

A enérgica ação conjunta americano-soviética revelou a desconformidade das duas novas potências emergentes contra a velha política dos antigos impérios europeus, que agiram sem ter feito nenhuma consulta prévia aos novos senhores do mundo (SCHILLING, 2006, p. 173).

A Crise de Suez findou a hegemonia britânica na região e possibilitou um “caminho aberto” aos norte-americanos. Tanto o petróleo quanto o decadente poderio britânico, enfraquecido pelas forças nacionalistas, incentivaram o acesso dos Estados Unidos à região. Concorde-se com Kissinger (2012, p. 500), para quem “Suez veio a ser a iniciação americana às realidades do poder global” e que “uma das lições foi que o vácuo sempre é preenchido, a questão não é saber se o será, mas por quem”. O grande desafio dos Estados Unidos seria, portanto, controlar o nacionalismo árabe, em nome do desejo de dominação econômica que no início, não tinha correlação com a contenção da URSS (FUSER, 2008; KISSINGER, 2012).

Assim, a Grã-Bretanha aprendeu com os acontecimentos de 1956 que já não poderia manter sua presença colonial global, o que veio a se concretizar no início da década de 1960, quando outras dezessete colônias britânicas declararam independência. Os britânicos perceberam também, que o Reino Unido não deveria se opor aos Estados Unidos e, a partir do Suez aderiram com lealdade aos

³⁰ Guerra Fria é a denominação do período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos em duas zonas de influência (Estados Unidos e União Soviética) que durou de 1947 a 1989. Num mundo bipolar e com apenas duas potências capazes de agir em escala mundial, os acontecimentos não desejados se tornam potencialmente do interesse de ambas. Waltz (2002, p. 237) ainda explica que “De acordo com a retórica da guerra fria, a clivagem principal no mundo era entre a democracia capitalista e o comunismo ateu. Mas pela grandeza dos desafios e a força da luta, a ideologia foi subordinada ao interesse na política da América e da Rússia, que se comportaram mais como grandes potências tradicionais do que como líderes de movimentos messiânicos. Num mundo no qual dois estados unidos no seu antagonismo mútuo ofuscam de longe qualquer outro, os incentivos para uma resposta calculada evidenciam-se mais claramente, e as sanções contra o comportamento irresponsável alcançam a sua maior força” (WALTZ, 2002, p. 234-237).

posicionamentos norte-americanos. Economicamente, Judt (2008, p. 309) aponta que após Suez “o Canadá, a Austrália, a África do Sul e a Índia perceberam o declínio britânico e redirecionaram sua política e transações comerciais: para os EUA, para a Ásia e para a região que em breve seria chamada de Terceiro Mundo” (JUDT, 2008).

Fuser (2008, p. 112), analisando o contexto egípcio, entende que “Nasser, vitorioso, emergiu como o grande líder árabe”. Leite (2007, p. 2) considera que, neste conflito, “ninguém pôde, realmente, apresentar-se como vitorioso”. Para o autor, Nasser tinha consciência de que perdera o conflito, apesar de ter utilizado sua máquina de propaganda para vangloriar-se de uma vitória contra França, Grã-Bretanha e Israel. Sua mensagem foi destinada à opinião pública interna e dos Estados árabes. A rádio e a televisão egípcias foram utilizadas para despertar as massas árabes, como será visto também na Guerra dos Seis Dias, que se constitui no tema do próximo capítulo (FUSER, 2008; LEITE, 2007).

4 GUERRA DOS SEIS DIAS - 1967

Nos dois primeiros capítulos foram analisadas as duas primeiras Guerras Israelo-Árabes, ocorridas em 1948 e em 1956, em virtude da criação do Estado de Israel e da Crise do Canal de Suez, respectivamente. Neste capítulo, será analisada a terceira, a Guerra dos Seis Dias. No exame das quatro guerras tratadas neste estudo (a quarta guerra será analisada no capítulo vindouro), percebe-se que a maioria dos autores concorda com Lewis (1996, p. 321), para quem “a mais espetacular dessas guerras foi sem dúvida a de 1967, quando em seis dias, as forças armadas israelenses infligiram derrotas esmagadoras, em rápida sucessão”.

4.1 Conjuntura Política e Perfil da Guerra

Após a Crise do Canal de Suez, a região do OMNA³¹ passou a vivenciar pressões ideológicas advindas do conflito bipolar em curso. Conforme relatado no capítulo anterior, foi somente na Crise do Suez que Grã-Bretanha e França

³¹ OMNA - Oriente Médio e Norte da África. Ferabolli (2009, p. 18) utiliza o termo para designar os Estados relativos a esta área, “cujo idioma oficial é o árabe e que são membros da Liga Árabe de Estados”. A criação da Liga Árabe foi discutida durante a Conferência de Alexandria, em 1944, e optou-se por criar “uma confederação frouxa, com ênfase na coordenação e na cooperação”. Participaram Egito, Iraque, Líbano, Síria, Arábia Saudita, Iêmen e Transjordânia (denominada Jordânia pós-1948) (FERABOLLI, 2009, p. 18).

entenderam que “havia se tornado potências de segunda categoria” e que “o alcance de seu poder não era mais suficiente para forçar mudanças no *status quo* mundial dispensando a autorização do “urso” ou da “águia” (SCALERCIO, 2003).

O impacto do conflito bipolar no nível subsistêmico árabe, segmentava os Estados, conforme seu comprometimento, em pró-soviéticos ou pró-ocidente. Foram considerados pró-soviéticos os Estados que aspiravam uma rápida mudança ou revolução, e pró-ocidente, aqueles que eram hostis à propagação da influência de Nasser, geralmente dinastias e, portanto, mais cautelosos com mudanças políticas e sociais. Se Egito, Síria e Iraque (pós-1958) eram aliados da URSS e Israel aliado dos Estados Unidos, tal fato não denota que árabes sempre estivessem alinhados aos soviéticos³². Para Fuser (2008, p. 115) Nasser somente se alinhou à URSS “depois de ser isolado por sua exclusão do Pacto de Bagdá³³, afrontado pela recusa norte-americana em financiar a represa de Assuã e ameaçado pela Doutrina Eisenhower”³⁴ (FERABOLLI, 2009; FUSER, 2008).

Para a devida compreensão da Guerra dos Seis Dias, a questão palestina também se faz presente. A vitória israelense, em 1948, provocou o exílio de

³² A autora cita que “as tensões entre nasseristas e ba’thistas” e “rivalidades intra-árabes entre conservadores e revolucionários” é chamada de Guerra Fria Árabe, de acordo com o autor Malcom Kerr (Ferabolli, 2009, p. 42). Na “Guerra Fria Árabe” o alinhamento entre norte-americanos e árabes se deu, por exemplo, na política dos “dois pilares” do governo Lyndon Johnson, em 1965, que enviou armas ao Irã e à Arábia Saudita para que os mesmos assumissem “as antigas responsabilidades militares britânicas” no Oriente Médio (FUSER, 2008, p. 117). Buzan e Hansen (2012, p. 144) explicam que a disputa global das superpotências “talvez explique a relativa falta de preocupação em relação ao apoio ocidental a ditaduras militares anticomunistas”.

³³ O Pacto de Bagdá foi uma aliança de defesa assinada entre Turquia e Iraque em fevereiro de 1955. Nos meses seguintes, Eisenhower “tentou incorporar parte do Mundo Árabe em uma cadeia de pactos regionais que objetivavam conter a União Soviética” e entrou no pacto em 1957, quando já faziam parte Irã, Paquistão e Reino Unido. Quando o Pacto de Bagdá se tornou Organização do Tratado do Centro, em 1959, somente o Iraque, dos Estados árabes, fazia parte. O fracasso do pacto se deu pelo “explícito apoio norte-americano ao Estado de Israel e a ferrenha campanha de Nasser contra o pacto” (FERABOLLI, 2009, p. 40).

³⁴ Fuser (2008, p. 112) menciona que o presidente norte-americano Eisenhower teria dito, após a Crise do Canal de Suez, que os Estados Unidos não poderiam deixar um vácuo de poder no Oriente Médio e supor que a URSS ficaria de fora. Os norte-americanos optaram por ampliar sua influência política e militar e, por consequência, garantir os interesses em jogo na região. Em março de 1957, portanto, foi aprovada a doutrina Eisenhower, que previa ajuda financeira e militar a qualquer país do Oriente Médio “que estivesse ameaçado de sofrer agressão armada de algum país controlado pelo comunismo internacional”. A doutrina Eisenhower vinha de encontro com a não tolerância norte-americana com o regime de Nasser, já que os militares nacionalistas do Oriente Médio não condiziam com os princípios do livre-mercado, além de adquirirem armamentos da URSS.

palestinos que perderam suas terras³⁵. Acabaram por dispersar-se pelas regiões vizinhas ou tiveram que se submeter, em confinamento, a reduzidos acampamentos na Faixa de Gaza ou na Cisjordânia. Na década de 1950, o Egito, ao mesmo tempo em que ocupava a Faixa de Gaza, treinava os *fedayns* (ou *feddayin*), denominação para guerrilheiros palestinos, com o intuito de operar contra Israel. A guerrilha acabou sendo a opção encontrada por muitos como forma de expressar a desaprovação com a ocupação pela qual estão submetidos. Muitos, desde 1965, quando da fundação da Organização para Libertação da Palestina (OLP), aderiram a atentados terroristas (SCHILLING, 2006). Conforme Brener (1993),

os palestinos se definiram como povo no combate ao Estado judeu, e também ao enfrentar irmãos árabes, que temeram a massa de exilados palestinos. Organizados e politizados, eles terminam representando uma grave ameaça aos regimes conversadores do Oriente Médio (BRENER, 1993, p. 50).

Somente a Jordânia, considerada um destes “regimes conservadores”, adquiriu 350 mil refugiados palestinos após a criação do Estado judeu em 1948. Os palestinos refugiados foram considerados pelos jordanianos como cidadãos de segunda classe. Em virtude de inúmeras contendas na região, em 13 de novembro de 1966, a localidade de Samu, na Cisjordânia, foi atacada por tropas das Forças de Defesa de Israel (FDI). Muitos soldados jordanianos foram mortos e mais de cinquenta casas destruídas, numa ação em que as FDI declararam estar apenas retaliando as minas inseridas no lado de sua fronteira. A Legião Árabe³⁶ estava empenhada no combate aos ativistas palestinos³⁷ e não foi informada da questão

³⁵ Em virtude do conflito de 1948, ocorreu a fuga de mais de setecentos mil árabes para os territórios vizinhos, sobretudo no sul do Líbano e Faixa de Gaza (a chamada diáspora de 1949). Em junho de 1957, o número de refugiados subiu para 933.500 aumentando para 1.318.000 em junho de 1966, conforme estimativas da ONU. Atualmente, cerca de três milhões de palestinos vivem na Jordânia, no Líbano e em outros países do Oriente Médio (LEITE, 2007, p. 5; MAGNOLI, 2004, p. 310).

³⁶ Na década de 1920, os ingleses formaram uma força militar na região com soldados nativos chamados oficialmente de Exército Árabe, mas conhecidos pelo nome de Legião Árabe. Quando o reino da Transjordânia foi formado, os hashemitas herdaram essa relevante formação (SCALERCIO, 2003, p. 56).

³⁷ Conforme Scalercio (2003, p. 175) “Na Jordânia o rei Hussein sempre tentara manter sob controle a militância guerrilheira oriunda da Cisjordânia, mas, com a ocupação israelense da região, houve uma expansão maciça do movimento guerrilheiro palestino, que contou com grandes adesões”.

das minas, de forma que a explicação de Israel pareceu não satisfatória e sua ação desmedida (SCALERCIO, 2003).

Internamente, a Jordânia cobrava do rei Hussein sua incapacidade em conter as invasões de Israel e protestos foram realizados contra o regime. A população palestina da Jordânia estava revoltada e o cenário desencadeado pelo ataque a Samu fez com que o rei Hussein se sentisse traído por Israel pelo fato de haver um acordo tácito entre os dois países para manter a estabilidade na área do Jordão além de, a data escolhida para o ataque, ser o dia de seu aniversário, convencendo-o de que a ação tinha a clara intenção de menosprezá-lo (SCALERCIO, 2003).

A situação se tornara complexa e diante deste episódio o rei Hussein procurou Nasser que, na prática, não tomou nenhuma medida em apoio aos jordanianos, apesar de ter proferido fortes declarações públicas contra o incidente. Segundo Scalercio (2003, p. 146) “os egípcios não gostavam e não confiavam nos hashemitas, e Nasser não desejava se comprometer”. Entretanto, o rei Hussein declarou ao público que aspirava uma aliança militar com o Egito como meio para conter a agressão de Israel, forçando Nasser a apoiá-lo. O resultado foi o Pacto de Defesa Mútua entre Egito e Jordânia em 30 de maio de 1967, e conforme Treignier (2002, p. 36) “Nasser, incitado pela Síria, tomou uma série de atitudes belicosas” (SCALERCIO, 2003; TREIGNIER, 2002).

O Egito não passava por um bom momento. As promessas de desenvolvimento econômico, em função das reformas estabelecidas pelos Oficiais Livres, não ocorreram conforme o esperado e já no início da década de 1960 o prestígio de Nasser era inferior em relação ao ápice alcançado na Crise de Suez, em 1956. O Egito acabou se redirecionando para o desenvolvimento industrial, nacionalização e controles estatais, pois os resultados da distribuição de terras e das cooperativas agrícolas não alcançaram os resultados esperados. Além de economicamente debilitada, considerável parcela da força egípcia estava comprometida na guerra civil do Iêmen e as tropas que encontravam-se no país não possuíam paridade militar com Israel. No entanto, Nasser, teria de honrar o pacto de defesa mútua, caso contrário, ficaria numa situação difícil no mundo árabe (CALVOCORESSI, 2011; SCHILLING, 2006).

A guerra civil do Lêmen, na qual Nasser apoiou o brigadeiro Abdullah Sallal que tentava derrubar o imamato (que era apoiado pela Arábia Saudita) e implementar uma república, comprometeu o Egito por vários anos à região, com envio de cerca de sessenta mil soldados. Esta guerra civil travava uma disputa indireta entre Egito e Arábia Saudita, os dois principais países árabes. Após dois anos, em 1965, e conscientes de que as hostilidades não trariam compensações, Nasser viajou para a Árabia Saudita e se reuniu com o rei Faiçal, reaproximando os dois países (SCALERCIO, 2003; SCHILLING, 2006).

O alinhamento entre Egito e Arábia Saudita que, de acordo com Calvocoressi (2011, p. 342) eram os “protagonistas de tendências opostas, socialista e tradicionalista no mundo árabe”, vinha de encontro com o receio em relação aos planos de Israel em desviar as águas do rio Jordão. Para tanto, os árabes realizaram uma conferência no Cairo para acordar sobre as medidas a serem adotadas e optaram por desviar as águas de dois afluentes, o Hasbani, localizado no Líbano, e o Baniyas, na Síria. Além disso, criaram um Alto Comando Árabe unificado para impedir ataques de Israel contra as obras no Baniyas e decidiram promover árabes-palestinos através da OLP, criada por Yasser Arafat em 1964 e presidida pelo mesmo a partir de 1969 (CALVOCORESSI, 2011).

No início do ano de 1966, oficiais ligados à esquerda do partido Ba’ath haviam tomado o poder em Damasco, na Síria³⁸, adquirindo uma forte postura anti-sionista e clamando às nações árabes por uma guerra contra Israel para libertar a Palestina. Hourani (1994, p. 413) acrescenta que o grupo ba’thista “achava que só através da revolução social e do confronto direto com Israel se podia resolver o problema da Palestina e criar uma nova nação árabe”. Para tanto, operações de guerrilheiros palestinos contra alvos em Israel foram apoiadas. Assim, em sete de abril de 1967, em virtude da crescente hostilidade entre os dois países, os pilotos da Força Aérea

³⁸ O exército não aprovava os elementos ateus e marxistas do Ba’ath, culminando em Golpe de Estado em 1966, liderado pelo general Salah Jadid, que estava disposto a ajudar os palestinos na Jordânia que temiam o rei Hussein e seu exército (estes, em contraponto, temiam a tomada do poder pelos palestinos em seu país com a ajuda da Síria). No entanto, Jadid perdeu espaço para o general, ministro da defesa, Hafez al-Assad que, cauteloso na ajuda aos palestinos, optou por apenas enviar tanques e não aeronaves, favorecendo os jordanianos e forçando um recuo humilhante dos sírios. Assad foi acusado por Jadid pela derrota. Assad prendeu Jadid e o deixou na prisão até sua morte, 20 anos depois (CALVOCORESSI, 2011. p. 343).

Israelense (FAI) abateram seis Mikoyan-Gurevich (MIG) sírios (HOURANI, 1994; SCALERCIO, 2003).

Todos esses acontecimentos convergiram para a guerra, tendo colaborado para o conflito, a informação russa de um iminente ataque israelense à Síria. O representante do ministério do exterior russo, Vlademir Semenov, advertiu o presidente da Assembléia Nacional do Egito, Anwar Sadat, de que Israel havia concentrado dez brigadas na fronteira com a Síria. Como a tensão estava muito elevada, o aviso soviético de um ataque israelense parecia perfeitamente plausível.

Em 14 de maio de 1967, Nasser e os altos escalões das forças armadas se reuniram no Cairo e optaram por enviar o chefe do estado-maior, Mohammed Fawzi, a Damasco para verificar se a advertência da União Soviética era verdadeira. Decidiram também reforçar suas tropas no Sinai caso a afirmação russa viesse a proceder. Fawzi, não confirmou a concentração de forças israelenses na fronteira com a Síria e, de acordo com este estudo, a maioria dos autores corroboram essa afirmação. Calvocoressi (2011, p. 343) cita que esses relatos não eram verdadeiros e que “sua proveniência e seu propósito – provavelmente russos – eram incertos, mas em maio de 1967, causaram uma guerra”. Para Hourani (1994, p. 413) as informações “podiam ser infundadas”. Scalercio (2003, p. 149) minucia:

Até hoje não ficou esclarecido por que a inteligência russa expediu esse informe equivocado. Há hipótese de que tenham se enganado. Há outra, mais saborosa para os que apreciam teoria conspiratória da história, de que os russos, mediante um informe falso, desejavam a precipitação de uma crise no Oriente Médio com o intuito de causar transtornos aos americanos. Os Estados Unidos estavam envolvidos até o pescoço na Guerra do Vietnã. Caso a situação se tornasse quente no Oriente Médio e uma guerra aberta eclodisse entre árabes e israelenses, os soviéticos poderiam ter avaliado que os EUA acorreriam em defesa de Israel metendo-se de cabeça em outra encrenca (SCALERCIO, 2003, p. 149).

Ainda conforme Scalercio (2003, p. 150) é provável que o cálculo russo levasse em consideração a enorme quantidade de material bélico entregue aos países árabes aliados e que isto “finalmente fizesse a balança de poder contra os israelenses” pois, de acordo com Leite (2007, p. 16), em 1956 “os egípcios tinham se equipado com armamento soviético muito sofisticado e em grande número, como os aviões MIG 21 e os tanques T55”.

Nasser não apreciava o governo sírio e não queria uma guerra, mas tendo consciência do declínio do seu prestígio tomou a decisão de agir. Em 18 de maio de 1967, solicitou a U Thant, secretário-geral da ONU, que retirasse suas tropas do Sinai, que lá estavam desde 1957. Com a saída da ONU de Sharm el-Sheikh, o Egito tomou o controle do Estreito de Tiro e declarou bloqueio à navegação israelense em 22 de maio, não permitindo que seus navios passassem pelo estreito e prosseguissem pelo Golfo de Aqaba até o porto de Eilat (FIGURA 4). Além disso, Nasser assinou um tratado com a Jordânia e com o Iraque para estabelecimento de um comando conjunto. O resultado viria a ser um desastre para os árabes (CALVOCORESSI, 2011; VAÏSSE, 2009).

Figura 4 – Egito controla o Estreito de Tiran em 22 de maio de 1967, impedindo o acesso de embarcações ao porto israelense de Eilat



Fonte: Mapa adaptado pela autora. Disponível em <<http://www.eoearth.org/view/article/51cbeef77896bb431f69b846/>>. Acesso em: 07 maio 2014.

Israel havia se retirado de Sharm el-Sheikh em 1957, após a Crise de Suez, confiando ao Ocidente a garantia de livre passagem pelo Estreito, cuja abertura, conforme Calvocoressi (2011, p. 344) “havia sido um dos principais objetivos do país ao travar a guerra contra o Egito em 1956. Israel declarou que o fechamento do Estreito constituiria *casus belli*”.

Hourani (1994, p. 414) supõe que Nasser tenha calculado que os norte-americanos “interviriam no último instante para negociar um acordo político que seria uma vitória para ele” ou então, em caso de guerra, que “suas forças armadas, equipadas e treinadas pela URSS, eram suficientemente fortes para vencer”. O autor discorre sobre o assunto enfatizando que “as relações entre as grandes potências e seus clientes jamais são simples” e que o cálculo de Nasser estaria correto somente na condição de pleno controle da política israelense por parte dos norte-americanos.

Os israelenses não estavam dispostos a dar ao Egito uma vitória política que não correspondesse ao equilíbrio de poder entre eles, e também nada tinham a perder; acreditavam que suas forças armadas eram mais fortes, e no caso de um revés inesperado podiam estar certos do apoio dos Estados Unidos (HOURANI, 1994, p. 414).

Com o aumento da tensão, Jordânia e Síria fizeram acordos militares com o Egito, que recuperou o Sinai inserindo duas divisões de blindados e cinco divisões de infantaria. Nasser, entretanto, não tinha a intenção de atacar Israel primeiramente, pois entendia que desta forma a opinião pública mundial se posicionaria a seu favor. Brener (1993, p. 37) complementa que “revelações recentes garantem que Nasser na verdade não desejava a guerra e sim apenas pressionar Israel a fazer concessões” (BRENER, 1993; LEITE, 2007).

Em Gaza, o Egito mantinha sua 20ª divisão de infantaria que era formada por palestinos e com apoio de cinquenta velhos tanques Sherman. Scalercio (2003, p. 148) complementa:

No deserto do Sinai, estavam estacionadas duas divisões. Contando com as tropas em Gaza, o Egito logo passaria a contar com sete divisões, isto é, entre oitenta mil e noventa mil homens. Na frente do Sinai, as brigadas blindadas egípcias reuniam ao todo 950 tanques: trezentos T 34/85, quatrocentos T54 e T55, cem JSIII, cinquenta Sherman e cem SU-100 (um veículo “caça-tanques”, ou seja, um canhão autopropulsado). Na reserva imediata, concentraram mais 150 carros de combate. Os melhores tanques egípcios eram sem dúvida os modernos T54 e T55, [...] Caso ocorresse o conflito, os T55 não participariam dos primeiros embates com os israelenses. De acordo com o planejamento egípcio, duzentos deles seriam mantidos à parte, formando o núcleo da força de contra-ataque principal (SCALERCIO, 2003, p. 148).

A força aérea egípcia possuía em torno de 400 aviões de combates, em sua maioria, de fabricação soviética tendo como principais aeronaves os caças Mikoyan-Gurevich MIG-19, alguns modelos 21, além de aeronaves para ataque ao solo Sukhoi SU-7. Estes aviões de combate estavam espalhados em pistas na Zona do Canal, na área próxima ao delta do Nilo, próximos ao Cairo e Alexandria além de pistas no Sinai (SCALERCIO, 2003).

A preocupação de Israel e do primeiro-ministro Levi Eshkol estava baseada no fato de o Egito ter concentrado aproximadamente 90 mil homens e cerca de 950 tanques de batalha no Sinai. Assim, Israel mobilizou seus reservistas e em 23 de maio de 1967 todo o país estava de prontidão. Eshkol preocupava-se com o fato de que, uma mobilização geral por muito tempo, é inviável economicamente e, portanto, estando mobilizados, os israelenses teriam de ir logo à guerra (SCALERCIO, 2003).

Israel desejava ajuda internacional para findar as tropas egípcias no Sinai e reabrir o estreito de Tiran. A França se posicionou de forma relapsa, Londres, afirmou que, se necessário, participaria de um esforço internacional para a abertura do estreito mas manteve uma postura cautelosa e por fim, Washington relatou a Israel ter conhecimento da concentração das tropas egípcias no Sinai mas que as mesmas não apresentavam um posicionamento ofensivo e que, logo, não estavam procurando atacar Israel. Apesar disso, Lindon Johnson prometeu adotar uma política integrada com as potências navais, mas que um envolvimento direto dos EUA na questão teria de passar pelo Congresso (SCALERCIO, 2003; SCHILLING, 2006).

Levi Eshkol queria evitar a guerra, mas os oficiais do estado-maior encontravam-se apreensivos e queriam atacar o Egito o mais breve possível.

Conforme Leite (2007, p. 16) na região em questão “as distâncias são muito reduzidas” e “Israel não pode manobrar sem ter que consentir perdas estratégicas importantes, pelo que são forçados a optar quase sempre por guerras ofensivas e a jogar na antecipação” (LEITE, 2007).

O episódio-chave para a decisão de Israel em atacar ocorreu após conversa entre o chefe do *Mossad* - Serviço Secreto Israelense, Meir Amit, e o secretário de defesa norte-americano Robert McNamara. De acordo com Scalercio (2003, p. 155) “embora a postura de McNamara não comprometesse os Estados Unidos com nenhuma das demandas apresentadas por Israel, também não apresentara uma negativa peremptória”. Sem alternativa à crise, os norte-americanos tiveram de se conformar com o fato de Israel ir à guerra (LEITE, 2007, p. 15).

Moshe Dayan, que neste momento já era ministro da defesa, exigiu que a guerra começasse assim que possível. Eshkol, pressionado, resolveu pelo ataque e a guerra teve início na segunda-feira, 05 de julho de 1967. Às 07:10 da manhã, caças israelenses decolaram de suas bases com o intuito de alcançar o alvo às 7:45 pois, conforme informação do centro de inteligência israelense, “as patrulhas aéreas egípcias da manhã estavam aterrissando” e que neste horário os pilotos estariam em solo, dentro de suas aeronaves e indefesos. Para melhorar a performance, os aviões israelenses surgiram do leste para que a luz do sol os ajudasse ofuscando a visão das defesas antiaéreas do Egito. A FAI possuía 200 de seus 297 aviões preparados para o ataque (SCALERCIO, 2003, p. 155).

O ataque surpresa de Israel possibilitou uma investida a quatro aeroportos egípcios no Sinai enquanto outros esquadrões atacavam bases aéreas situadas no Delta, Zona do Canal e no Cairo. Dos 254 aviões perdidos pelo Egito, 240 foram aniquilados no solo nas primeiras duas horas do primeiro dia de guerra. Jordânia e Síria, por volta do meio dia, atacaram alvos em Israel, na região de Kfar Sirkin além de refinarias de petróleo em Haifa. No entanto, o contra-ataque fatal da FAI retirou, também, a força aérea jordaniana e síria fora de combate, atingindo a supremacia do espaço aéreo (SCALERCIO, 2003, p. 156).

No Sinai, a Operação Lençol Vermelho de Israel possuía quatro divisões de corpo de blindado que conforme Scalercio (2003, p. 156) estavam “equipadas com

Centurions de procedência inglesa, M-48 Patton norte-americanos, Shermans repotenciados e AMX13 franceses” num total de 680 tanques mantendo ainda em torno de setenta tanques na reserva. Israel optou por utilizar o tanque Centurion que possuía um potente canhão de 105 mm e utilizou o melhor material que possuía para que um ataque rápido e eficaz fosse desencadeado contra as forças egípcias. Uma coluna procedeu pelo Sinai e chegou ao Canal de Suez enquanto outra coluna chegou a Sharm el-Sheik objetivando reabrir o estreito de Tiran (SCALERCIO, 2003; SCHILLING, 2006).

A solução para o Egito foi ordenar uma retirada de suas tropas do Sinai pois não possuíam mais apoio aéreo, tornando impossível continuar a guerra. A esse respeito Scalercio (2003, p. 157) comenta que “essa ordem precipitou o exército egípcio em uma catástrofe. As unidades começaram a abandonar suas posições e literalmente correram para casa”. O autor ainda cita que a retirada desordenada dos egípcios do Sinai culminou em baixas no montante de oito mil homens enquanto, em combate, dois mil soldados foram perdidos. O Egito, portanto, perdera 10 mil homens, contabilizou 20 mil feridos e cinco mil foram capturados pelas forças israelenses. Além disso, 500 tanques foram destruídos e trezentos capturados além de diversos veículos apreendidos por Israel, inclusive alguns T-55 que estavam em reserva para um contra-ataque que não existiu (SCALERCIO, 2003, p. 158).

Nasser telefonou para Amã, na Jordânia, e solicitou ao rei Hussein para que se juntasse à batalha contra Israel mas não o informou que sua força aérea estava arruinada e que a desintegração de suas forças estava em curso. Hussein fora avisado por Israel, ainda no domingo, que a Jordânia não deveria se envolver na guerra e que a situação na área do rio Jordão permaneceria a mesma. No entanto, o rei Hussein não poderia recusar o pedido do Egito sem ser considerado um traidor por seu próprio povo e pelas demais nações árabes. Uma vez que a Jordânia realizou movimentos hostis em sua fronteira, o Comando Norte de Israel (liderado pelos generais Uzi Narkis e David Elazar) agiu concentrando duzentos tanques e amplo apoio aéreo, enquanto os jordanianos possuíam 250 carros de combate e uma força aérea restrita (SCALERCIO, 2003; SCHILLING, 2006).

Israel planejava uma ofensiva que despacharia as tropas da Jordânia para o outro lado do rio Jordão. O objetivo, portanto, era assumir o controle da Cisjordânia

que para os sionistas fazia parte da Eretz Israel. A Legião Árabe enfrentou a investida de Israel da melhor forma possível, entretanto, o domínio aéreo da FAI tornou a situação muito difícil e logo as forças israelenses aniquilaram os legionários através de duros combates (SCALERCIO, 2003; SCHILLING, 2006).

No terceiro dia de guerra, em sete de junho de 1967, a Jordânia ordenou a retirada de suas tropas para a margem leste do rio Jordão, que ao contrário do Egito, conseguiu realizar uma retirada organizada. Após Israel vencer a frente sul e neutralizar a Legião Árabe, faltavam os sírios, que haviam adotado uma postura de defesa passiva desde o início da guerra. Scalercio (2003, p. 160) esclarece que o exército sírio “assistiu do alto de suas colinas a derrota da Legião sem esboçar qualquer gesto de auxílio aos jordanianos em dificuldades” e que a única atitude foi ter enviado um *raid*³⁹ aéreo contra Haifa, localizada ao norte de Israel, mas a resposta instantânea israelense praticamente destruiu toda a força aérea da Síria (SCALERCIO, 2003; VAÏSSE, 2009).

No quarto dia de guerra, em oito de junho, Israel vencera o Egito e a Jordânia e controlava a península do Sinai, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e toda Jerusalém, mas não satisfeito, Israel quis aproveitar o momento para atacar a Síria e dominar as Colinas de Golan (FIGURA 5). A Síria possuía 450 tanques modernos advindos da URSS e mais duzentos na reserva. Nas Colinas de Golan, em que o ponto mais alto possui 2.750 metros de altitude, no monte Hermon, o exército sírio mantinha suas posições fortificadas. Israel lançou um ataque contra as fortificações sírias utilizando foguetes de ataque ao solo, bombas e *napalm*⁴⁰.

³⁹ *Raid*: ataque repentino (geralmente efetuado por poucos homens e sem a intenção de manter o território invadido), invasão, incursão. invadir, fazer uma incursão (...) **air raid** ataque aéreo. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/ingles/index.php?lingua=ingles-portugues&palavra=raid>>. Acesso em: 05 maio 2014.

⁴⁰ Gasolina gelificada com palmitato de sódio ou de alumínio empregada no carregamento de projéteis incendiários. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/napalm>>. Acesso em: 18 maio 2014.

Logo grupos de infantaria estavam se assenhorando das posições inimigas, garantindo a cobertura necessária para que os batalhões de carros de combate pudessem atravessar com segurança e entrar na batalha. A luta continuou por toda a noite de quarta-feira e, na manhã seguinte, a estrada para Damasco estava aberta. Os comandantes de blindados israelenses manobraram melhor suas formações que os sírios. As tripulações israelenses se aproveitavam mais eficazmente das características do terreno e sua disciplina de fogo era superior. Quando havia problemas, solicitavam pelo rádio auxílio da FAI, que prontamente liquidava as concentrações de carros adversárias (SCALERCIO, 2003, p. 162).

Os sírios eram os aliados preferenciais da URSS no Oriente Médio e obtiveram a ajuda necessária para que sua capital, Damasco, não ficasse ao alcance dos canhões israelenses. No contexto da Guerra Fria, a URSS utilizou sua influência para que Israel aceitasse um cessar-fogo. O presidente norte americano Lyndon Johnson, portanto, recebeu de Moscou uma mensagem clara de que os soviéticos interviriam diretamente no conflito se Israel não detivesse o ataque à Síria. A URSS mantinha uma força aérea de prontidão e já havia realizado um mapeamento das defesas principais e alvos importantes de Israel para um possível ataque. A URSS solicitava aos norte-americanos que utilizassem sua influência para deter o avanço de Israel. O governo israelense compreendia que uma pressão da URSS e dos Estados Unidos tornava a guerra insustentável e em nove de junho de 1967 procedeu-se um cessar-fogo na frente Síria. Israel havia alcançado até aqui o vilarejo de Kuneitra no caminho para Damasco e não mais prosseguira (CALVOCORESSI, 2011; SCALERCIO, 2003; SCHILLING, 2006).

Figura 5 – Territórios ocupados por Israel em 1967 – Península do Sinai, Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas de Golan



Fonte: Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/1/hi/6709173.stm>>. Acesso em: 10 maio 2014.

4.2 Resultados e Implicações

Os israelenses atacaram de surpresa todos os seus vizinhos e saíram vitoriosos do conflito. Chegaram até o canal de Suez e ocuparam o restante da Palestina, as colinas de Golan, bem como Jerusalém oriental. A vitória de Israel foi extraordinária, e resultou no controle israelense de 75% do território (SCHILLING, 2006, p. 203). No entanto, ocupar a Cisjordânia e Gaza trouxe para dentro de Israel mais de um milhão de árabes. Concorda-se com Hourani (1994, p. 415) que na

Guerra dos Seis Dias “mais palestinos tornaram-se refugiados, e mais caíram sob o domínio israelense” e que “isso fortaleceu o senso de identidade palestina e a convicção entre eles de que no fim só podiam contar consigo mesmos”. Exigiram assim, “uma existência nacional separada e independente”⁴¹ ao passo que Israel começou a administrar as terras conquistadas como pertencentes a si.

Muitos palestinos estavam vivendo de forma precária em campos de refugiados da ONU. Israel não poderia fornecer cidadania israelense aos palestinos pois a composição judaica seria “perigosamente” alterada. Da mesma forma, seria complicado para Israel obter o reconhecimento internacional caso fosse estabelecido um governo de ocupação nessas regiões, em que a autoridade seria mantida pelo uso da força. Portanto, Israel não possuía um plano definitivo sobre a tomada destes territórios visto que “levou algum tempo para que os israelenses digerissem os resultados de uma vitória tão súbita e completa” (HOURANI, 1994).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas acordou, em 22 de novembro de 1967, sobre a Resolução 242, que exigia dos israelenses a saída dos territórios ocupados em junho. No entanto, não houve acerto em como considerar os palestinos, se como nação, ou massa de refugiados. Sem acordo, os Estados árabes procederam, conforme decisão em conferência realizada em setembro de 1967, em não reconhecer as áreas conquistadas por Israel (HOURANI, 1994; TREIGNIER, 2002).

A Guerra dos Seis Dias mudou o equilíbrio de forças no Oriente Médio e foi uma grande humilhação para os árabes. No fim do conflito, era evidente que Israel encontrava-se militarmente mais forte do que os Estados árabes combinados e, a rápida vitória acabou por tornar Israel “mais desejável como aliado aos olhos dos americanos” (HOURANI, 1994, p. 414).

⁴¹ A Guerra dos Seis Dias fez com que “as massas palestinas perdessem rapidamente as ilusões diante de seus *primos*”, pois Israel ocupava agora Jerusalém Oriental, Faixa de Gaza e Cisjordânia. Foi esse descontentamento palestino frente aos Estados árabes “decisivo para que o comando da OLP passasse, em 1969, à facção Al Fatah (iniciais de Movimento de Libertação Nacional Palestina), liderada por nacionalistas, críticos da posição submissa ante os países árabes que a organização adotara até então”. Para o comando da OLP foi eleito Yasser Arafat (Brener, 1993, p. 50).

Esse alinhamento político⁴² não era bem visto por todos os israelenses pelo fato de muitos terem tido uma “educação político-ideológica de tradição socialista”⁴³ (SCALERCIO, 2003, p. 172). Entretanto, veio a contribuir para a aproximação dos dois Estados “o peso da rica e influente comunidade judaica norte-americana” que remetia aos israelenses, por exemplo, grandes quantidades de dinheiro para o financiamento de projetos.

Apesar dos laços estreitos entre Estados Unidos e Israel, os norte-americanos não deixaram de cultivar importantes amizades no mundo árabe. Como já exposto no início deste capítulo, pela lógica da Guerra Fria, os Estados Unidos se aproximaram de governos conversadores como, por exemplo, o do Paquistão, do Irã (até a queda do xá), da Arábia Saudita, do Kuwait e dos Emirados Árabes. Para estes Estados, apesar de repudiarem o “imperialismo sionista”, consideravam a necessidade de obter a ajuda norte-americana para combater a influência de ateus e comunistas.

Nos países em que predominavam governos influenciados por ideias socialistas ou abertamente pró-soviéticos, os serviços secretos norte-americanos não tardaram a procurar auxiliar grupos de oposição conservadores, muitos deles centrando suas linhas políticas em temáticas religiosas. O “vespeiro” daquilo que mais tarde ficaria conhecido como “fundamentalismo islâmico” contou com importante apoio de agências de inteligência dos Estados Unidos (SCALERCIO, 2003, p. 173).

No Egito, Nasser tentou renunciar, mas foi impedido pelo povo que o apoiou através de grandes manifestações. Porém, conforme Treignier (2002, p. 37) “confirmava-se o declínio do nasserismo, em favor das teses moderadas defendidas pela Arábia Saudita, que triunfaram na reunião dos líderes árabes em Cartum (Sudão) em agosto de 1967”. A monarquia saudita, liderada pelo rei Faiçal que havia destronado Saud em 1964, era pró-ocidental e anti-soviética e tornava-se

⁴² Para Scalercio (2003, p. 172) os norte-americanos julgavam Israel como um aliado confiável e forte apesar de, muitas vezes, a política israelense de retaliação com uso da força violentamente desproporcional, chocar a opinião pública mundial. Atrocidades na ocupação israelense na Faixa de Gaza e na Cisjordânia fizeram romper protestos entre a própria opinião pública israelense.

⁴³ De acordo com Scliar (1994, p. 90) “As ideias de Marx tiveram enorme repercussão no judaísmo da Europa oriental: a possibilidade de mudanças sociais, de correção da injustiça e da desigualdade suscitava expectativas messiânicas”.

agora o “árbitro da situação no mundo árabe” trazendo grande contentamento aos norte-americanos (TREIGNIER, 2002)

Pela pesquisa ficou claro que as várias nações árabes tinham grandes dificuldades em vencer Israel, pois não conseguiam agir em conjunto. Este não era um mero fator militar, mas sim, político, pois quando os interesses de cada Estado estavam em jogo, o pan-arabismo era deixado de lado. Os israelenses eram fortes e com o suporte dos Estados Unidos se tornaram realmente superiores. Israel contou ainda, na Guerra dos Seis Dias, com o comando no Ministro da Defesa Moshe Dayan, que possuía grande reputação como comandante militar nas duas guerras israelo-árabes anteriores e passou a exercer grande influência na política externa depois da vitória na guerra de 1967 (CARDOSO, 2012).

Para os árabes, a única forma de alcançar seus objetivos em relação a Israel seria fomentar a guerra de guerrilhas, possibilitando o ganho através de curtas etapas. Lideranças palestinas, portanto, estimularam *raids* contra Israel, uma vez que a OLP havia transformado em uma organização de combates. Concorda-se com Demant (2011, p. 110) para quem politicamente “os palestinos conquistaram um lugar no mapa; militarmente, eles nunca ameaçaram Israel”. Entretanto, tais contendas influenciaram no desencadeamento da Guerra do Yom Kippur, tema do próximo capítulo (DEMANT, 2011; SCALERCIO, 2003).

5 GUERRA DO YOM KIPPUR - 1973

Neste capítulo será analisada a quarta guerra árabe-israelense, a Guerra do Yom Kippur (ou Guerra de Outubro), que é considerada o último grande conflito bélico entre israelenses e árabes. Em seis de outubro de 1973, ataques simultâneos em duas frentes pegaram Israel de surpresa, pelos egípcios e pelos sírios, no dia mais sagrado do ano judaico. A guerra é denominada de Yom-Kippur, para os judeus, e Ramadã, para os árabes (SOARES, 1998). Na guerra anterior, em 1967, o Exército de Israel triunfou de forma extraordinária e causou a sensação de que era invencível. Tal percepção abriu espaço, conforme Brener (1993, p. 38) para “uma nova mentalidade entre os israelenses, arrogante e colonialista”. Contudo, a arrogância e a confiança israelenses foram abaladas em 1973, pois, apesar de o Estado judeu ter vencido a batalha, não foi capaz de antever o ataque surpresa árabe.

5.1 Conjuntura Política e Perfil da Guerra

Em 1967, o Egito amargou a derrota na Guerra dos Seis Dias, perdendo, soldados, equipamentos, prestígio e território. Porém, o litígio entre Egito e Israel não cessou, já que forças egípcias alvejavam posições israelenses no Sinai, e Israel

retaliava com fogo e artilharia. Esse período hostil é denominado de Guerra de Atrito e até que árabes não reconhecessem oficialmente seu Estado, Israel não recuaria. Nye Jr. (2009, p. 226) considera que a Guerra de Atrito, ocorrida entre 1969 e 1970, “foi um caso mais modesto”, o que justifica o fato de esta guerra ser menos conhecida. Neste conflito, aeronaves da FAI atacavam áreas próximas ao Cairo, delta do Nilo e Alexandria para retaliar as interceptações de Nasser no Canal de Suez e outras agressões. De acordo com Scalercio (2003, p. 184) “os pilotos israelenses executaram 3.300 sortidas e despejaram oito mil toneladas de bombas”.

Em virtude da Guerra de Atrito, a União Soviética encaminhou para o Egito, de acordo com Scalercio (2003, p. 185) “canhões antiaéreos, baterias de mísseis terra-ar, sistemas de radar e muitos caças MIG, além de quinze mil técnicos para instalar, operar e instruir os egípcios no uso da parafernália”. Cabe salientar que a URSS, pela primeira vez, enviou de forma tão rápida equipamento sofisticado para um país não-comunista. Com o aumento das baixas israelenses, a campanha aérea contra o Egito foi suspensa (SCALERCIO, 2003).

Nas outras fronteiras, a situação de Israel era diferente. Havia o grave problema palestino por consequência da ocupação de Israel na Faixa de Gaza e Cisjordânia que provocara a emigração, principalmente, para a Jordânia, de milhares de palestinos. Portanto, tendências combativas surgiram dentro da OLP, como a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP) que, reforçada e radicalizada, causou pânico ao rei Hussein da Jordânia, que temia por seu trono. Em setembro de 1970, a Legião Árabe foi lançada contra os *feddayin*, e cerca de quatro mil palestinos pereceram e outros um milhão fugiram para o Líbano. Este triste episódio ficou conhecido como “O Setembro Negro” (TREIGNIER, 2002, p. 38).

Israel encontrava-se numa difícil situação. Os Estados Unidos não apoiavam os ataques ao Egito na “guerra de atrito” e já que Israel estava sob boicote francês no suprimento de armamentos, era extremamente necessária a assistência norte-americana. Para Calvocoressi (2011, p. 350) os Estados Unidos “estavam cada vez mais constrangidos em sua função de protetores, que não era muito compatível com o papel de pacificador que o país também cultivava”. Apesar disso, Henry Kissinger, assessor de segurança nacional de Richard Nixon, acreditava que Israel era importante para os interesses estadunidenses na região, já que estavam aptos a se

contrapor aos árabes aliados à URSS, como comprovado na guerra de 1967 (CALVOCORESSI, 2011).

Quando Nasser morreu de ataque cardíaco em setembro de 1970, o padrão bipolar na região era caracterizado pela aliança entre Estados Unidos e Israel em oposição à URSS e Egito. O sucessor de Nasser, Anwar el-Sadat, modificou essa configuração pois manobrou para se afastar dos soviéticos, aproximar-se do Ocidente além de tentar a paz com Israel. Ninguém o levou a sério quando em 1971, Sadat falou de paz. Tanto o serviço secreto norte americano quanto Golda Meir⁴⁴ ficaram abismados. Concorda-se com Calvocoressi (2011, p. 350) para quem “a diplomacia de Sadat era multifacetada”, pois, ao mesmo tempo, almejava melhorar a relação com as monarquias saudita e jordaniana, tentava reconciliar Síria e Jordânia que se desentendiam por causa dos refugiados palestinos, além de progredir num acordo bilateral com Israel (CALVOCORESSI, 2011; SCALERCIO, 2003).

Sadat estava sendo pressionado pela URSS para chegar a um acordo com os israelenses, assim como Israel estava sendo pressionado por Washington a se conciliar com o Egito. Israel se mostrou inflexível por não modificar sua posição e persistir nos assentamentos ilegais nas áreas ocupadas além de exigir o reconhecimento de seu Estado por todos os países árabes. Calvocoressi (2011, p. 350) acrescenta que “os Estados Unidos e URSS oscilavam entre pressionar seus clientes e ceder, pelo menos em parte, a suas demandas por ajuda e armas”. A partir de 1971, a ajuda dos Estados Unidos a Israel voltou a ser abundante, como efeito da nova formação da Federação de Repúblicas Árabes, entre Egito, Síria, Líbia e Sudão (CALVOCORESSI, 2011).

Internamente, Sadat agiu para se livrar daqueles que ficaram descontentes, senão furiosos com sua política de afastamento dos soviéticos. Reuniu provas e acusou publicamente seus opositores. Os membros pró-soviéticos de seu governo articularam uma demissão em massa, com o objetivo de dificultar a vida de Sadat. No entanto, Sadat ordenou a prisão de todos após a demissão coletiva e ocupou cargos em seu governo com homens de sua confiança (SCALERCIO, 2003).

⁴⁴ Primeira-ministra de Israel entre 17 de março de 1969 e três de junho de 1974.

A desconfiança de Israel e do Ocidente com Sadat se dava pela assinatura de um tratado de amizade e colaboração com a URSS por vinte anos. As ações de Sadat com o Ocidente também não passaram despercebidas pelos soviéticos culminando na recusa russa, no início de 1972, de fornecimento de armamentos ao Egito, quantidade solicitada superior ao que a URSS poderia produzir no período de um ano. Sadat concluiu, de acordo com Calvocoressi (2011, p. 350) que a URSS “tinha traído o Egito ao prometer a Nixon manter o país sem muito dinheiro” (CALVOCORESSI, 2011).

Sadat expulsou todos os técnicos russos que estavam no Egito e decidiu ir à guerra com o que possuía, entretanto, não objetivava o extermínio do Estado israelense, mas sim, destruir Linha Bar-Lev⁴⁵ e posicionar-se do outro lado do canal para forçar Israel a negociar um acordo. Calvocoressi (2011, p. 351) explica que o Egito decidiu adotar, junto com a Síria, “ações decisivas voltadas especificamente a recuperar a Península do Sinai e, em geral, a provocar intervenção ativa dos Estados Unidos nas questões do Oriente Médio”.

Sadat mascarou os preparativos para a guerra para pegar a FDI de surpresa e acreditou na proteção dos mísseis SAM, instalados do lado egípcio do canal. O presidente egípcio também imaginou ser importante evitar um combate de tanques pois sabia que Israel levaria vantagem nessa batalha. Do fim do ano de 1972 a outubro de 1973, o Egito realizou 22 mobilizações gerais e Israel, ao perceber estes movimentos, também se mobilizava. As mobilizações causavam grandes transtornos à economia israelense pois, uma vez mobilizadas, as forças armadas de Israel poderiam chegar a 350 mil pessoas. Em virtude das manobras egípcias sem que nada ocorresse, Israel optou por não mais se contrapor ao movimento egípcio e confiar em seu centro de inteligência, caso um ato concreto por parte do Egito viesse a ocorrer. Na vigésima terceira movimentação, o Egito atacou (FIGURA 6) (SCALERCIO, 2003).

⁴⁵ Alinhamento de postos erguidos no Sinai por Israel depois da Guerra dos Seis Dias.

Figura 6 – Ataque egípcio a Israel em 6 de outubro de 1973



Fonte: Disponível em: <<http://www.idfblog.com/2013/10/07/40-years-since-yom-kippur-war-1-first-strike/>>. Acesso em: 12 maio 2014.

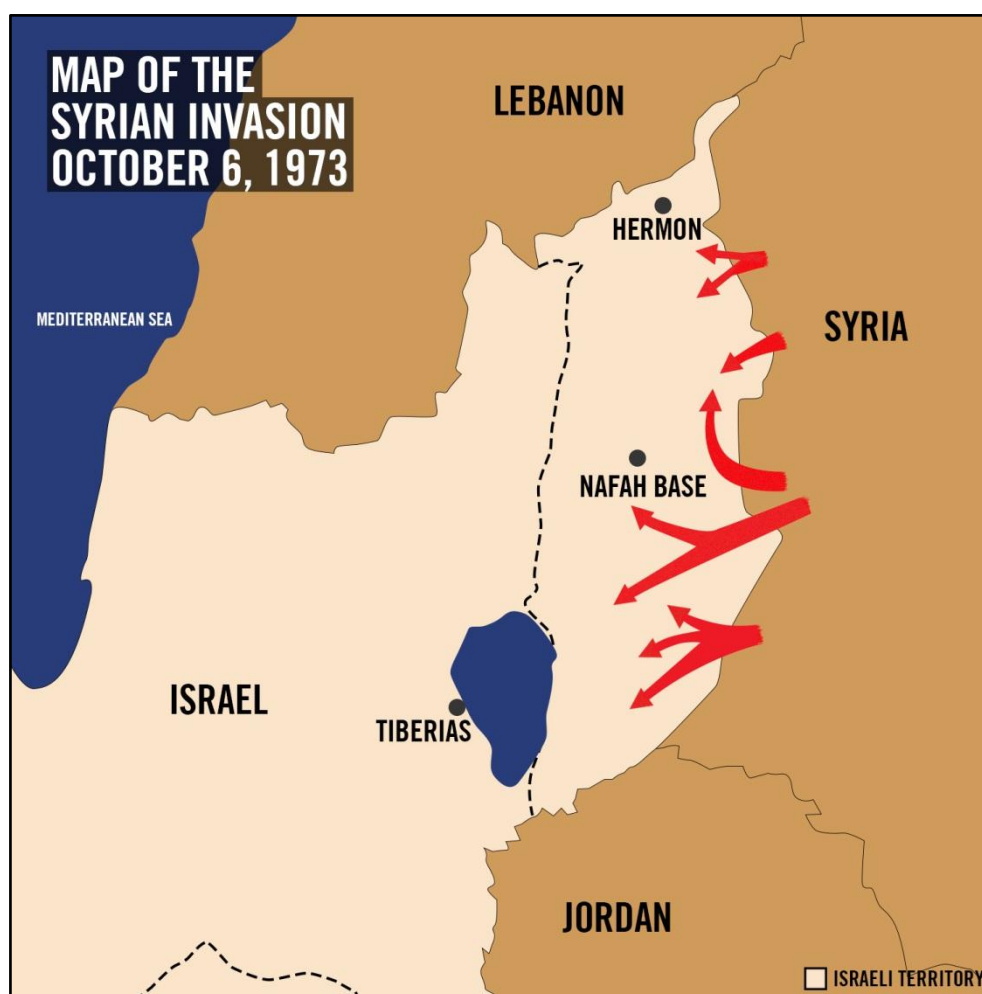
A data escolhida para o ataque foi em seis de outubro de 1973. Este dia coincidia com o feriado judaico do Yom Kippur⁴⁶ e também com o Ramadã⁴⁷ muçulmano. A agressão foi iniciada por Egito e Síria através de um ataque aéreo conjunto às 14 horas. A Síria foi convidada pelo Egito a participar do confronto, mas

⁴⁶ Yom Kippur (Dia do Perdão) é um feriado judaico e único dia do ano em que o judeu deve realizar cinco serviços de prece, correspondentes aos cinco níveis da alma. Na última prece “Ne’ilah” que significa “trancar” os judeus estariam sozinhos com Deus. Disponível em: <http://www.pt.chabad.org/library/article_cdo/aid/659934/jewish/Significado.htm>. Acesso em: 02 maio 2014.

⁴⁷ Ramadan (Ramadã) é o mês do jejum, entendido como purificação e ascese para Deus. “Durante o mês inteiro, que comemora o recebimento do Alcorão, os fiéis se abstêm, desde o nascer até o pôr do sol, de relações sexuais, comida e bebida, inclusive água” (DEMANT, 2011, p. 27).

o objetivo egípcio era apenas fortalecer-se com a união para então conseguir um acordo com Israel. A Síria, que queria retomar as Colinas de Golan (FIGURA 7), seria levada a crer que os egípcios se comprometeriam até o fim em lutar pelas colinas, mas desejavam apenas alcançar em torno de quinze quilômetros da margem do canal e permanecer nesta posição ao abrigo da cobertura antiaérea. Treignier (2002, p. 39) acredita que “Sadat resolveu arriscar-se num tudo ou nada e desfechar em conjunto com Hafez Assad outra guerra contra Israel” (SCALERCIO, 2003; TREIGNIER, 2002).

Figura 7 – Ataque sírio a Israel em 6 de outubro de 1973



Fonte: Disponível em: <<http://www.idfblog.com/2013/10/07/40-years-since-yom-kippur-war-1-first-strike/>>. Acesso em: 12 maio 2014.

O primeiro obstáculo egípcio foram os paredões de areia que Israel havia levantado diante da Linha Bar-Lev. Para contornar o obstáculo, o Egito usou água e abriu caminho para a infantaria. Os engenheiros egípcios, escoltados por tropas, atravessaram o canal em balsas motorizadas com a tarefa de construir pontes, que poderiam ser montadas em pouco tempo. No Sinai, a FAI encontrou sérios problemas, pois o sistema antiaéreo egípcio funcionou e quando tentavam se aproximar para atacar as pontes militares, eram derrubados pelos mísseis SAM, causando à FAI a perda de oitenta aeronaves na primeira semana e baixas israelenses, na Linha Bar-Lev, que também foram numerosas. Ao mesmo tempo, os sírios realizavam ataques a Golan, região mais crítica para Israel, pois um contratempo poderia colocá-los no coração de seu território (SCALERCIO, 2003).

Em oito de outubro, a FDI conseguiu organizar um contra-ataque mas teve de recuar, já que suas unidades em solo não conseguiram ajustar seus movimentos com a cobertura aérea que estava sendo neutralizada pelos SAM egípcios. Israel queria tomar e destruir as pontes sobre o canal, mas as tropas de Sadat estavam concentradas em sua defesa. Para piorar a situação de Israel, seus tanques foram agredidos pelos mísseis portáteis anti-tanque AT-3, denominado "Sagger" (SCALERCIO, 2003).

Israel concentrou um grande esforço ao norte, contra a Síria, e sua capacidade de manobra na guerra em movimento foi crucial para a vitória. A Síria perdera entre seis e dez de outubro, em torno de oitocentos carros de combate e muitos canhões, ao passo que o general israelense, David Elazar, desejou colocar Damasco ao alcance da artilharia. No entanto, Moshe Dayan, ministro da defesa, não concordava argumentando que os soviéticos iriam socorrer seu aliado e o esforço israelense seria em vão. Apesar da compreensão de Dayan sobre o jogo de forças no contexto da Guerra Fria, o gabinete optou por proceder com o desejo de Elazar e cruzou Golan em direção a Damasco. Após grandes combates, Israel rompe a linha de defesa Síria em 14 de outubro (SCALERCIO, 2003).

Jordânia e Iraque reforçaram o exército sírio mas tal socorro não foi suficiente para vencer as tropas da FDI. A Síria pediu ao Egito que realizasse ataques no Sinai para desafogar a região norte, forçando Sadat a abandonar seu plano inicial. Os Sírios resistiam, mas Israel conquistou o monte Hermon em 20 de outubro, área de

maior altitude onde o conflito se desenrolava. A estrada para Damasco estava aberta e a Síria amargava enormes perdas (SCALERCIO, 2003, p. 195).

Moshe Dayan tinha consciência das forças em jogo no âmbito da Guerra Fria e estava correto em seu argumento de que a URSS iria intervir a favor dos sírios. Os soviéticos acabaram por pressionar um cessar-fogo na ONU e enviaram fortes recados a Israel, afirmando que não iriam tolerar tropas israelenses em Damasco. Durante a duração da batalha, em torno de três semanas, as superpotências estavam empenhadas em fornecer auxílio aos seus aliados, de forma que a URSS enviou muitos equipamentos para a Síria e para o Egito, enquanto os Estados Unidos encaminharam a Israel, por solicitação de Golda Meir, equipamentos de última geração (SCALERCIO, 2003).

No dia em que as forças israelenses romperam a linha de defesa síria, em 14 de outubro, Sadat ordenou que suas colunas blindadas seguissem para o Sinai. No deserto, novamente Israel levou vantagem, pois contava com sua habilidade em guerra móvel, além de possuir equipamentos de última geração advindos dos EUA. As forças blindadas de Sadat estavam destruídas e Israel chegou à margem ocidental do Canal de Suez (SCALERCIO, 2003; SCHILLING, 2006).

Conforme Nye Jr. (2009, p. 226) “Uma vez mais as superpotências entraram em cena e pediram um cessar-fogo”. Uma conferência em Genebra no final de 1973, com o intuito de encerrar a guerra, acabou se tornando “pano de fundo” frente às tentativas diplomáticas de Henry Kissinger. O secretário de Estado norte-americano conseguiu um acordo de desengajamento entre Israel e Egito em janeiro de 1974, instalando uma força da ONU entre os dois Estados (CALVOCORESSI, 2011; NYE JR., 2009).

5.2 Resultados e Implicações

Israel tivera muitas baixas na Guerra do Yom Kippur, contabilizando 2.838 mortos e 8.800 feridos. Perdera também 103 aviões e 840 tanques. Do lado árabe, 8.528 mortes e 19.549 feridos. Para Scalercio (2003, p. 201) Sadat “conseguiu, pela primeira vez, preparar adequadamente um país árabe para a guerra”, mas do acerto quanto ao seu planejamento, errou ao se desviar do projeto inicial para aliviar a Síria, ao norte, quando enviou suas tropas ao Sinai além do que havia pré-estabelecido. A Guerra do Yom Kippur, ainda de acordo com Scalercio (2003, p. 201) “foi o último grande conflito armado entre árabes e israelenses”, pois o formato dos próximos litígios se deu com Israel “envolvendo-se nas lutas entre as facções no Líbano, em rusgas parciais com a Síria e enfrentando as guerrilhas e os levantes do povo árabe-palestino”. Após 1973, não houve mais ataques aéreos em grande escala, batalhas de tanques e deslocamento de exércitos.

Ainda que vencida militarmente por Israel, a Guerra do Yom Kippur findou o mito de sua invencibilidade devido à vitoriosa ofensiva árabe inicial e às elevadas baixas de seu exército, culminando em um considerável desgaste. Internamente, a Guerra do Yom Kippur gerou em Israel descontentamento na população e foi um duro golpe para o partido trabalhista que governava o país desde o início. Os partidos de direita avançaram, entretanto, nas eleições de 1974, Yitzhak Rabin venceu. Rabin queria garantir a segurança de Israel e aprofundar a relação com os Estados Unidos. O primeiro-ministro sabia que teria de devolver o Sinai ao Egito, mas receava que um recuo de Israel dos territórios ocupados em 1973, fosse considerado uma demonstração de fraqueza. No entanto, a pressão dos demais Estados para que uma solução fosse encontrada havia crescido extraordinariamente (SCALERCIO, 2003; PEREIRA; VISENTINI, 2012).

De acordo com Pereira e Visentini (2012, p. 220), a “Guerra do Yom Kippur teve também dois outros desdobramentos importantes”. O primeiro, foi a guerra civil no Líbano em 1975, “onde a esquerda – reforçada pela implantação palestina do sul do país – estava prestes a vencer, quando a Síria interveio militarmente em defesa dos cristãos, ocupando parte do país em 1976”. O segundo desdobramento foi a aproximação do Egito e dos EUA e a ruptura com a URSS. Esse processo atingiu

seu ápice nas Conversações de Camp David, quando Egito e Israel estabeleceram relações diplomáticas.

No decorrer das negociações, o principal problema foram as discussões em torno da OLP, porquanto, de acordo com Calvocoressi (2011, p. 352), “Israel se recusava a reconhecê-la como mais do que uma organização terrorista, e os palestinos como qualquer coisa além de refugiados”. A OLP se posicionava, afirmando que “não aceitava o Estado de Israel, mas estaria disposta a negociar com base nas fronteiras anteriores a 1967” e que este deveria ser o principal assunto das negociações “em vez de os palestinos serem representados por algum governo árabe”.

Israel não estabeleceu acordos com os palestinos, mas demonstrou abertura para realizar acordos bilaterais com o Egito. Sadat se mostrou disposto a negociar desde que os israelenses também estivessem abertos a realizar acordos com os vizinhos, de modo que o Egito não fosse acusado de desamparar os árabes, nem de deixar os palestinos à própria sorte. Internamente, Sadat encontrava aqueles que estavam descontentes com sua política externa de aproximação com o Ocidente.

Uma análise do período pós-guerra, no restante da década de 1970, ilustra que a política externa não precisa corresponder aos sentimentos retóricos de um país. Primeiramente, por razões socioeconômicas domésticas, o Egito retirou o seu apoio ao amplo ideal nacionalista pan-árabe. Em seguida, conseguiram moldar um acordo de paz com Israel, que resultou no resto do mundo árabe tratando o Egito como um pária, mas que acabou beneficiando o Egito (e o regime no poder), através da melhoria da sua economia e do maior apoio que recebeu dos EUA e de outras potências Ocidentais (STANSFIELD, 2012, p. 416, tradução livre).⁴⁸

Os norte-americanos, através de Kissinger, desejavam um acordo israelo-egípcio pois consideravam que este acordo de paz seria uma etapa importante para

⁴⁸ Do original: An analysis of the post-war period, in the remainder of the 1970s, illustrates that foreign policy does not have to match the sentiments of a country's rhetoric. Primarily for domestic socio-economic reasons, Egypt withdrew its support of the wider pan-Arab nationalist ideal. It then managed to carve out a peace agreement with Israel that resulted in the rest of the Arab world treating Egypt as a pariah, but that ultimately benefited Egypt (and the ruling regime) through the improvement of its economy and the wider support it received from the USA and other Western powers.

o fim das hostilidades no Oriente Médio. Calvocoressi (2011, p. 352) explica que o erro de Kissinger foi “sua ênfase e sua dependência do Egito, o qual ele estava pressionando para que fizesse uma ofensiva de bilateralismo com os vizinhos árabes e desconsiderasse os palestinos” pois as reivindicações da OLP eram centrais ao conflito árabe-israelense muito mais do que as questões entre Egito e Israel especificamente (CALVOCORESSI, 2011).

Os árabes não estavam dispostos a perder o interesse nos palestinos, por mais que esses trouxessem grandes problemas. Até mesmo o rei Hussein, na conferência árabe em outubro de 1974, juntou-se aos demais Estados árabes reconhecendo que a OLP representava a Palestina árabe, mesmo tendo se colocado contra os palestinos, quatro anos antes, e forçado em torno de quinze mil a partir da Jordânia para a Síria (CALVOCORESSI, 2011). O mesmo autor considera que,

se a guerra de 1973 deu aos palestinos um impulso e uma chance de se recuperarem da surra que levaram da Jordânia em 1970, também estimulou a moral árabe e suas esperanças em outros aspectos. Além de mostrar que o exército egípcio tinha se tornado páreo para os israelenses (pelo menos por uma semana), ela demonstrou o poder árabe contra países maiores (CALVOCORESSI, 2011, p. 353).

5.2.1 O Primeiro Choque do Petróleo

Calvocoressi (2011, p. 353) alega que o “poder árabe contra países maiores” se concretizou quando a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP)⁴⁹, uma ramificação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) cortou o fornecimento de petróleo ao mundo e quadruplicou o preço do barril de petróleo. Na década de 1960, os Estados islâmicos possuíam a maior parte dos campos de petróleo, no momento em que o “ouro preto” se tornava a principal fonte

⁴⁹ O embargo de 1973 foi estabelecido pela OPAEP (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo) e não pela OPEP. A OPAEP, cuja sede é no Kuwait, foi criada no Líbano, em janeiro de 1968 pelo Kuwait, pela Líbia e pela Arábia Saudita, para proteger os interesses de seus membros, coordenar suas atividades petrolíferas e favorecer a integração econômica entre os países árabes. Hoje, a OPAEP conta com dez membros: Argélia, Bahrein, Egito, Iraque, Kuwait, Líbia, Qatar, Arábia Saudita, Síria e Emirados Árabes Unidos (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 16).

de energia, ultrapassando o carvão. Conseqüentemente, estes Estados passaram a ocupar uma posição de barganha. Para Blainey (2010, p. 293) “o Oriente Médio, a África do Norte, a Nigéria e a Indonésia possuíam, ao todo, mais da metade das reservas mundiais de petróleo”. Em 1973, os principais produtores aumentaram vertiginosamente o preço do barril e impediram o envio para as nações que apoiavam Israel. Resultado feliz para muitos muçulmanos, foi a inundação de lucros no Oriente Médio (BLAINEY, 2010; CALVOCORESSI, 2011).

O choque do petróleo de 1973, portanto, foi realizado pelos países árabes em virtude da recusa israelense em evacuar os territórios ocupados na guerra de 1967, e utilizaram o desfecho da guerra de 1973 como justificção para proceder com o embargo e aumentar o preço do produto. Ainda que o Conselho de Segurança da ONU tenha adotado, em novembro de 1967, a resolução 242 que exigia a retirada de Israel desses territórios, Israel não procedeu conforme recomendando pelo Conselho (SÉBBILLE-LOPEZ, 2006, p. 17).

Os países árabes exportadores de petróleo decidiram reduzir sua produção além de aumentar tarifas e encargos fiscais, culminando na alta do preço do barril que logo passou de três para doze dólares. Scalercio (2003, p. 204) acrescenta que este acontecimento “comprometeria gravemente a continuidade do padrão de crescimento econômico” que vinha sendo vigoroso a partir da Segunda Guerra Mundial. Sobre este primeiro choque do petróleo (e o próximo ocorrido em 1979) Sébbille-Lopez (2006, p. 17) reconhece que

estamos claramente em presença de uma crise geopolítica de grande proporções, isto é, um conflito localmente bem limitado, relacionado com problemas territoriais bem precisos, embora com conseqüências planetárias, pelo menos no que respeita ao preço do barril” (SÉBBILLE-LOPEZ, 2006, p. 17).

A crise energética trazia graves problemas, tanto para as economias industrializadas quanto para aquelas que, não produtoras de petróleo, estavam em vias de desenvolvimento. No entanto, Pereira e Visentini (2012, p. 224), apontam que os norte-americanos importavam menos de dez por cento do petróleo do Oriente Médio e que “não é difícil constatar que o Japão e a Europa Ocidental foram os maiores afetados pelo embargo” deixando os Estados Unidos em vantagem

frente ao Japão e à Europa, “na corrida para a reestruturação econômica que se iniciava”.

O petróleo, portanto, como recurso econômico essencial e não renovável, é matéria-prima estratégica pois a torna um ativo político para os Estados produtores. Por ora, as consequências das guerras israelo-árabes relatadas neste estudo, demonstram, conforme Stansfield (2012, p. 416, tradução livre) que “a (in) segurança no Oriente Médio é claramente um assunto que continua a ser tão crítico para a segurança global como foi durante a Guerra do Yom Kippur”.⁵⁰

⁵⁰ Do original: “(in)security in the Middle East is clearly a subject that remains as critical to global security as it was during the Yom Kippur War.”

CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as quatro Guerras Israelo-Árabes: a Guerra de Independência de Israel ou Al-Nakbah, de 1948, a Guerra de Suez, em 1956, a Guerra dos Seis Dias, em 1967 e por fim, a Guerra do Yom Kippur ou Ramadã, de 1973, e verificar através do processo histórico descritivo, o contexto, os motivos pelos quais estas contendas ocorreram e de que forma a Guerra Fria influenciou estes conflitos.

No decorrer da pesquisa constatou-se que as guerras realmente encontram-se no contexto da Guerra Fria, e que os Estados sofreram substancial influência das superpotências, Estados Unidos e União Soviética. Esta constatação condiz com a afirmação de Waltz (2002, p. 236) para quem, no mundo bipolar “com apenas duas potências capazes de agir à escala mundial, qualquer coisa que acontece em qualquer lado é potencialmente do interesse de ambas”.

Em torno de três anos pós-fimada a Segunda Guerra Mundial, o movimento sionista atingiu em grande medida seu objetivo, ao declarar a independência de Israel através de Ben Gurion. Truman e Stalin reconheceram o novo Estado e forneceram apoio diplomático. Stalin considerava, neste momento, a Grã-Bretanha como seu principal adversário mundial e via, em Israel, a oportunidade de arruinar a posição britânica no Oriente Médio. A conquista dos israelenses se deu e foi apoiada pelo Ocidente, principalmente em virtude dos milhões de judeus mortos no holocausto nazista. Os Estados árabes vizinhos de imediato atacaram Israel que

venceu a mal conduzida coalizão árabe. A ONU interveio e conquistou um cessar-fogo. O White Paper de 1939, no qual a Grã-Bretanha se comprometeu a interromper a imigração judaica no momento em que 75 mil tivessem sido admitidos na Palestina, forçou um direcionamento dos sionistas para os Estados Unidos.

Na Crise de Suez em 1956, o poder norte-americano foi demonstrado no momento em que a libra inglesa foi depreciada no mercado, através da venda maciça desta moeda, forçando os britânicos a um recuo humilhante e deixando claro, a partir deste momento, que outros Estados não poderiam agir sem consultar seu aliado maior, EUA ou URSS, pois sanções contra o comportamento irresponsável seriam executadas. Nesta guerra, assim como nas subsequentes, a União Soviética intimidou através da ameaça nuclear.

Na Guerra dos Seis Dias, a União Soviética foi responsável pelo desencadeamento das hostilidades, ao informar o Egito de que Israel havia concentrado dez brigadas na fronteira com a Síria. Ficou evidenciado pelo presente estudo que a informação soviética, embora falsa, é justificável no contexto da Guerra Fria. Os russos calcularam que os americanos, envolvidos na Guerra do Vietnã, teriam de socorrer Israel, perdendo força ao entrar em dois conflitos simultâneos de grande proporção. Nesta guerra, o equilíbrio de forças no Oriente Médio foi alterado, pois Israel se mostrava militarmente mais forte do que os Estados árabes combinados, e consolidou o alinhamento político com os Estados Unidos. A URSS também utilizou sua influência para que Israel aceitasse um cessar-fogo, impedindo que a FDI chegasse a Damasco.

As superpotências amparavam militarmente seus aliados, mas, por outro lado, exigiam o fim das hostilidades. Os inimigos foram constrangidos pelas superpotências a aceitar um cessar-fogo sob pena do uso de meios extraordinários da força, ou seja, armas nucleares. A ameaça de retaliação nuclear foi evidentemente usada na Crise de Suez, Guerra dos Seis Dias e na Guerra do Yom Kippur, mas ficou claro que ambas as superpotências procuravam evitar os riscos, compreendendo a necessidade de prevenir uma escalada hostil que levasse a uma guerra nuclear. Estados Unidos e União Soviética objetivavam, através da intimidação pela ameaça nuclear, impedir a outra de obter vantagem e, então, prejudicar o equilíbrio de poder entre elas.

No contexto regional, o presente estudo demonstrou que a existência de Israel é o único elemento que mantém alguma unidade no mundo árabe fragmentado, o que possibilitou a compreensão do subtítulo do livro de Ferabolli (2009) “Os Desafios para a Realização da **Utopia** Pan-Arabista”. Conforme Rémond (1994, p. 429), Israel seria responsável por manter algum grau de unidade no mundo árabe “inicialmente contra o sionismo e a partir de 1948 contra o Estado hebraico”. Todas as guerras, 1948, 1956, 1967 e 1973 terminaram com a derrota dos vizinhos de Israel. Ficou evidenciada a enorme dificuldade dos Estados árabes em agir em conjunto. Não havia entendimento e assimetrias informacionais foram responsáveis, também, por tornar os árabes perdedores.

A presente pesquisa demonstrou que muitos autores dividem a opinião de que teria sido muito melhor para os árabes terem aceitado a Resolução 181 de 1947, que previa a criação de dois Estados, um judeu e um palestino, pois naquele momento o Estado palestino teria obtido reconhecimento. A não implementação desta resolução manteve a região convulsionada por guerras que levaram à expansão territorial de Israel por regiões do Egito, Jordânia, Síria e Líbano além daqueles territórios que corresponderiam ao Estado palestino. A não implementação da Resolução 242 de 1967, que exigia de Israel a saída dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias, aprofundou o desentendimento entre Israel e o mundo árabe. A Guerra do Yom Kippur desencadeou a Crise do Petróleo, quando os árabes usaram um embargo do produto para forçar o Ocidente a obter concessões de Israel. Conseqüentemente, houve recessão e muitos transtornos econômicos para o mundo industrializado.

Por fim, o presente estudo demonstrou que a segurança no Oriente Médio é um assunto sensível, pois no mesmo contexto há o povo judeu, que sofreu perseguições através dos *progroms* e do holocausto nazista, e acreditou na liberdade de seu povo através do estabelecimento do Estado judaico, porquanto este Estado não reconheceu a população palestina presente no território. A população palestina foi forçada pelo povo judeu a realizar migrações em massa, e a excessiva quantidade de refugiados nos Estados árabes vizinhos acabou por amedrontar estes governos. Os palestinos, povo sem território, optaram pela guerrilha que, em tempo, não se refere mais a uma simples técnica militar, mas sim a uma luta armada revolucionária, que objetiva a conquista do poder político.

REFERÊNCIAS

BEGLEY, Louis. **O Caso Dreyfus**: Ilha do Diabo, Guantánamo e o pesadelo da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em: <<http://www.companhiadasletras.com.br/detalhe.php?codigo=12381>>. Acesso em: 04 dez. 2013.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2010.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13. ed., 2007.

BRENER, Jayme; SADER, Emir. **Ferida aberta**: o Oriente Médio e a nova ordem mundial. São Paulo: Atual, 1993.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

CALVOCORESSI, Peter. **Política mundial a partir de 1945**. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

CARDOSO, Gioconda. **Estratégia Nacional de Segurança e Defesa**: Israel de 1974 à actualidade [sic]. 2012. 212 f. Dissertação (Mestrado em Estratégia) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, set. 2012. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/4943>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

CHEMIN, Beatris F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos:** planejamento, elaboração e apresentação. 2. ed. Lajeado: Univates, 2012.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SEDA, Pete. **O Islão é...:** Uma Introdução ao Islão e aos seus Princípios. Egito: The Islamic Propagation Office in Rabwah, 2005.

FAYEZ, Ahmed; SAYEGH, Fayez A. **Sionismo na Palestina**. Rio de Janeiro: Delegação dos Estados Árabes, 1969.

FERABOLLI, Sílvia. **Relações internacionais do mundo árabe:** os Desafios para a Realização da Utopia Pan-Arabista. Curitiba: Juruá, 2009.

FUSER, Igor. **Geopolítica:** O mundo em conflito. São Paulo: Editora Salesiana, 2006.

_____. **Petróleo e poder:** o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. São Paulo: Editora UNESP: Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JUDT, Tony. **Pós-guerra:** Uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KAMRAVA, Mehran. **The Modern Middle East:** a Political History since the First World War. 1.ed. Califórnia: University of California Press, 2005

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEITE, Abel José Santos. **50 Anos Depois, a Guerra do Suez no Contexto das Guerras Israelo-Árabes**. Nação e Defesa, Instituto de Defesa Nacional, nº 117, 3ª Série, Lisboa, Verão 2007. Disponível em: < http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1219/1/NeD117_AbelJoseSantosLeite.pdf >. Acesso em: 01. abr. 2014.

LEWIS, Bernard. **O Oriente Médio**: do advento do cristianismo aos dias de hoje. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais**: teoria e história. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel Lobby and US Foreign Policy**. England: Penguin Books, 2008.

NABHAN, Neuza Neif. **Islamismo**: de Maomé aos nossos dias. São Paulo: Editora Ática, 1996.

NYE Jr., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. São Paulo: Gente, 2009.

NYE Jr., Joseph S. **Compreender os Conflitos Internacionais**: uma Introdução à Teoria e à História. São Paulo: Gradiva, 2002.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do Candidato**: história mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética. 3. ed. Brasília: FUNAG, 2012.

RÉMOND, René. **Introdução à História do Nosso Tempo**: do antigo regime aos nossos dias. Portugal: Gradiva, 1994.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SALGADO NETO, Luiz. **A Crise de Suez**: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). Cantareira: Universidade Federal Fluminense, v.1, p. 87-104, 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/cantareira/v3/wp-content/uploads/2013/05/e17a6.pdf>>. Acesso em: 04. abr. 2014.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica (1947-1968). In: SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.) **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

SCALERCIO, Márcio. **Oriente Médio**: uma análise reveladora sobre dois povos condenados a viver. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SCHILLING, Voltaire. **Ocidente x Isã**: uma história do conflito milenar entre dois mundos. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2006.

SCHLESINGER, Juliana Portenoy. **Conflitos Identitários do Árabe Israelense**: Aravim Rokdim de Sayed Kashua. 2011. 151 f. Doutorado em Letras pela faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-22092011-164527/pt-br.php> > Acesso em: 09. jan. 2014.

SCLIAR, Moacyr. **Judaísmo**: Dispersão e unidade. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolíticas do Petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SOARES, Jurandir. **Oriente Médio**: De Maomé à Guerra do Golfo. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

STANSFIELD, Gareth. Israeli-Egyptian (in)security: the Yom Kippur War. In: SMITH, Steve et al (Orgs.). **Foreign Policy**: theories, actors, cases. 2. ed. United Kingdom: Oxford University Press, 2012.

VAÏSSE, Maurice. **As Relações Internacionais desde 1945**. Portugal: Edições 70, 2009.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.